

ATA N.º 05/2015

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 11 de dezembro de 2015.-----

----- Aos 11 dias do mês de dezembro de 2015, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1 - Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara;-----
- 2 - Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração dos Estatutos da INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.- S.A.-----
- 3 - Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato-programa/Gestão para o ano de 2016 a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, EM-SA – Limpeza Urbana;-----
- 4 - Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato-programa/Gestão para o ano de 2016 a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, EM-SA – Quinta Agrícola Biológica;-----
- 5 - Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato-programa/Gestão para o ano de 2016 a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, EM-SA – Piscinas Municipais de Cantanhede;-----
- 6 - Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato-programa/Gestão para o ano de 2016 a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, EM-SA – Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes;-----
- 7 - Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato-programa/Gestão para o ano de 2016 a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, EM-SA – Transportes Urbanos de Passageiros;-----

- 8** - Apreciação, discussão e votação do 2.º Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Cantanhede;-----
- 9** - Apreciação, discussão e votação da 4.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Ano Financeiro de 2015;-----
- 10** - Apreciação, discussão e votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2016;-----
- 11** - Apreciação, discussão e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2016;-----
- 12** - Apreciação, discussão e votação da proposta de retificação da atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha aprovado pela Assembleia Municipal em 19/02/2015 sob proposta da Câmara Municipal de 03/02/2015;-----
- 13** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Aquisição de trator;-----
- 14** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Aquisição de trator;-----
- 15** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros às seguintes Freguesias do Concelho (Freguesia de Ançã, Freguesia de Cordinhã, União das Freguesias de Covões e Camarneira, referente às Bibliotecas instaladas nos Covões e na Camarneira, Freguesia de Febres, União das Freguesias de Portunhos e Outil, Freguesia de São Caetano, Freguesia de Sepins e Bolho, Freguesia da Tocha e União das Freguesias Vilamar e Corticeiro de Cima), face à doação de livros para enriquecimento das suas bibliotecas;-----
- 16** - Apreciação, discussão e votação da minuta dos contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com as Freguesias e Uniões de Freguesia para o ano de 2016 / Requalificação Urbana nas Freguesias;-----

17 – Comunicação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica dada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 17/12/2014 / Para conhecimento;-----

18 - Concessão de isenções de taxas municipais / Relação semestral / Para conhecimento;-----

19 - Apreciação, discussão e votação do pedido de Autorização Prévia Genérica Favorável à assunção de compromissos plurianuais por parte da Câmara Municipal no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA);-----

20 - Apreciação, discussão e votação da proposta de anulação/rescisão da adesão do Município de Cantanhede ao Projeto Integrado do Turismo para a Região Centro;-----

21 - Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração da participação no capital social da Águas do Centro Litoral, S.A.;-----

22 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1713/2015 / Maria da Silva Carriço / Pedras Ásperas – Freguesia da Sanguinheira;-----

23 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1716/2015 / Agroberlengas – Sociedade Agropecuária, Ld.ª / Berlengas – Freguesia da Tocha;-----

24 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1717/2015 / Emília Santos, Unipessoal, Ld.ª / Gesteira – Freguesia da Sanguinheira;-----

25 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1739/2015 / Paula Cristina de Jesus dos Ramos Taipina / Rua do Jardim de Infância, n.º 153, em Sanguinheira – Freguesia da Sanguinheira;-----

- 26** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1759/2015 / Maria da Glória Lourenço da Rocha / Rua do Bairro Novo, em Cochadas – Freguesia da Tocha;-----
- 27** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1769/2015 / Ana Isabel Cabete, Unipessoal, Ld.^a / Escoural – Freguesia da Tocha;-----
- 28** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1777/2015 / Lactogal – Produtos Alimentares, S.A. / Caetanas – Freguesia da Tocha;-----
- 29** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1786/2015 / Luis Pessoa dos Santos / Rua da Vala, n.º 280, no lugar de Carreiros – Freguesia da Sanguinheira;-----
- 30** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1787/2015 / Dulce de Oliveira Jorge / Rua Arneiro Tecelão, no lugar de Caetanas – Freguesia da Sanguinheira;-----
- 31** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1788/2015 / Regina Maria de Jesus Areias / Rua do Brejo, n.º 101, no lugar de Casal dos Netos – Freguesia da Sanguinheira;-----
- 32** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1794/2015 / Maria Cecília Domingues Gomes / Rua Principal, n.º 82, no lugar de Carvalheira – Freguesia de Cadima;-----
- 33** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1805/2015 / Campitocha – Artigos de Campismo e Serralharia, Ld.^a / Rua Principal, n.º 1330, no lugar de Carreiros – Freguesia da Sanguinheira;-----

- 34** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1809/2015 / Cremilde Rocha Carvalheiro / Rua Central, n.º 55, no lugar de Cochadas – Freguesia da Tocha;-----
- 35** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1812/2015 / Maria Edite de Jesus Gonçalves / Rua das Netas, n.º 125, no lugar de Pedras Ásperas – Freguesia da Sanguinheira;-----
- 36** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1816/2015 / Manuel Fernando da Costa de Almeida / Rua da Salgueira, n.º 31, no lugar de Caniceira – Freguesia da Tocha;-----
- 37** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1826/2015 / Maria Dulcínea de Oliveira Ribeiro Barreto / Rua Moinho de Vento, n.º 277, no lugar de Lagoa Alta – Freguesia da Sanguinheira;-----
- 38** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1850/2015 / Carlos Manuel Teixeira Varanda / Largo da Capela, n.º 12, no lugar de Cochadas – Freguesia da Tocha;-----
- 39** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1854/2015 / José Luis Jorge Pedreiro / Rua Principal, n.º 574, no lugar de Queixada da Raposa – Freguesia da Tocha;-----
- 40** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1856/2015 / Rosa Maria de Jesus Azenha / Rua Canto dos Brados, n.º 60, no lugar de Feitoso – Freguesia da Sanguinheira;-----
- 41** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1860/2015 / Maria Isabel Maia Pimpão / Rua da Igreja, n.º 210, no lugar de Sanguinheira – Freguesia da Sanguinheira;-----

- 42** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1863/2015 / Rosa Maria de Jesus Almeida / Rua Mestre Solposto, n.º 133, no lugar de Gesteira – Freguesia da Sanguinheira;-----
- 43** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1865/2015 / Idália Mendes Fernandes / Rua da Praia, n.º 789, no lugar de Berlengas – Freguesia da Tocha;-----
- 44** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1872/2015 / Maria da Graça Mendes Ferreira / Rua Principal, n.º 615, no lugar de Olho – Freguesia de Cadima;-----
- 45** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1873/2015 / Desafios Rústicos Unipessoal, Ld.ª / Rua do Moico, n.º 115, no lugar de Gesteira – Freguesia da Sanguinheira;-----
- 46** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1875/2015 / Gil de Jesus Brado / Lugar de Feitoso – Freguesia da Sanguinheira;-----
- 47** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1880/2015 / Maria de Fátima Barreto Monteiro Morais / Travessa Luís Alves, n.º 10, no lugar de Guímera – Freguesia de Cadima;-----
- 48** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1882/2015 / Maria Adélia de Jesus Mendes / Rua Principal, n.º 162, no lugar de Queixada da Raposa – Freguesia da Tocha;-----
- 49** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1884/2015 / Avelino da Conceição d'Oliveira Paulino, Ld.ª / Rua de Trás, n.º 550, no lugar de Povoeiras – Freguesia da Tocha;-----

50 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1892/2015 / Mário Miranda Azenha / Rua das Caldeiras, no lugar de Berlengas – Freguesia da Tocha;-----

51 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1896/2015 / Maria do Céu Faim de Macedo / Rua Principal, n.º 253, no lugar de Lage – Freguesia de Cadima;-----

52 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1891/2015 / Manuel Augusto Cardoso Pessoa / Corgo Encheiro – Freguesia da Sanguinheira;-----

53 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 13242/2015 / Airemármore – Extração de Mármore, Ld.ª / Vila Nova – União das Freguesias de Portunhos e Outil;-----

54 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1887/2015 / Jorge Humberto, Ld.ª / Estrada Nacional n.º 234-1 no lugar de Portunhos – União das Freguesias de Portunhos e Outil;-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia conferiu com a Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, que foram as seguintes:-----

----- Justificação da falta do Sr. Eng.º Paulo Jorge Ferreira Peça por motivos profissionais.-----

----- Justificação da falta do Sr. Eng.º Carlos Alberto Pereira Cosme.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 04/2015, da sessão da Assembleia Municipal de 24 de setembro de 2015.-----

----- Não tendo havido qualquer intervenção quanto ao teor da ata n.º 04/2015, da

sessão da Assembleia Municipal de 24 de setembro de 2015, foi a mesma colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade;-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 25 de setembro de 2015 a 11 de dezembro de 2015, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal.-----

----- De seguida, deu início ao período Antes da Ordem do Dia, cujas intervenções ocorreram em função das inscrições efetuadas junto da Mesa da Assembleia, da seguinte forma:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Portunhos e Outil, Eng.º Paulo Santos, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, agradeceu à Câmara Municipal o empenho e o esforço efetuados para a requalificação da estrada que vai de Outil a Portunhos. Referiu ainda que a via já se encontra pavimentada, ficando em falta a pintura da mesma e recordou que foi equacionada a possibilidade de alargar, pelo menos um metro, algumas curvas e que os proprietários dos terrenos confinantes não se opõem de forma alguma a esse alargamento.-----

----- Foi, de seguida, dada a palavra ao Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, também felicitou a Câmara pela requalificação daquela estrada e reforçou a ideia de que a Câmara Municipal poderia ter aproveitado para fazer o alargamento da curva à entrada de Outil, extremamente perigosa e que tem causado elevados acidentes nos últimos tempos. Acrescentou que o melhoramento da via irá certamente trazer algumas melhorias mas era da responsabilidade da Câmara Municipal, atempadamente, ter pensado na possibilidade de redesenhar aquele troço, extremamente perigoso e com condições

propícias para a existência de imensos acidentes. Seguidamente, apresentou uma proposta de Voto de Pesar, subscrita pelos Membros do Partido Socialista, do seguinte teor: *“VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SR. ENG.º JORGE BENTO - Os deputados da assembleia municipal de Cantanhede, eleitos pelo Partido Socialista (PS), reunida em sessão ordinária a 11 de Dezembro de 2015, apresentam e propõem a aprovação de um voto de pesar pelo desaparecimento de Jorge Bento, atual secretário-executivo da Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra. Jorge Bento, homem íntegro e cidadão exemplar que dedicou grande parte da sua vida ao serviço da causa pública, foi Presidente da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, durante cerca de vinte anos, Ex-Presidente da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego e no presente exercia a função de Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra. A sua dedicação, entrega e profissionalismo contribuíram para um legado exemplar que mereceu a consideração e o respeito, não somente dos seus pares, como de todos os que privaram com a sua atuação. Propõe-se que a Assembleia Municipal delibere aprovar o presente voto de pesar, e manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo-lhe o teor do mesmo.”* Apresentou também uma recomendação pela reposição das 35 horas semanais para os Trabalhadores da Câmara Municipal de Cantanhede e da INOVA do seguinte teor: *“RECOMENDAÇÃO - “PELA REPOSIÇÃO DAS 35 HORAS SEMANAIS PARA OS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANTANHEDE E DA INOVA” - O anterior governo PSD/CDS aumentou o horário de trabalho para os trabalhadores da administração pública, onde se incluem os funcionários das câmaras, de 35 para 40 horas semanais, medida que foi anunciada como transitória e breve. Todavia, considerando a autonomia administrativa e financeira das câmaras municipais que lhe permite implementar e aplicar a medida*

através do acordo com os funcionários, o direito de tratamento entre todos os trabalhadores da administração local, sem discriminar a conciliação do número de horas de trabalho, o desrespeito para com os direitos dos trabalhadores da administração pública, com elevados cortes nos vencimentos, perdas de direitos e regalias laborais e sociais, que oneram e contribui para a redução acentuada do poder de compra e dos rendimentos, a crescente desmotivação dos trabalhadores e, conseqüentemente, a redução da produtividade laboral, o aumento das despesas de funcionamento da câmara, a grande maioria das Câmaras que assinaram com os sindicatos os Acordos Coletivos de Entidade Empregadora Pública (ACEEP) têm os seus funcionários a cumprir as 35 horas. A decisão do Tribunal Constitucional que chumbou a norma que dá aos membros do Governo poder para intervir nos Acordos Coletivos das Autarquias por considerar que esta norma da lei geral do trabalho em funções públicas viola o princípio da autonomia local. Caso a Câmara já tivesse um ACEEP assinado com um ou mais sindicatos poderiam os Trabalhadores da Câmara e INOVA já estar a cumprir as 35 horas automaticamente desde a decisão do Tribunal Constitucional. Os Deputados do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Cantanhede, reunida em sessão ordinária a 11 de dezembro de 2015, mais uma vez recomendam à Câmara Municipal de Cantanhede a reposição do horário de trabalho nas 35 horas semanais para todos os trabalhadores da Câmara Municipal de Cantanhede e da INOVA.”-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes colocou à votação a aceitação da proposta para atribuição de um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Eng.º Jorge Bento, a qual foi aceite, por maioria, com 2 abstenções. De seguida, remeteu para o final do período de antes da ordem do dia a votação do referido Voto

de Pesar, informando que de acordo com a informação dos serviços e de acordo com o Regimento da Assembleia, a referida votação deverá ser efetuada por voto secreto.

----- Falou o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes sugerindo que aquela proposta fosse subscrita por todos os membros da Assembleia Municipal.-----

----- Interveio o Sr. Prof. Abel Carapêto, recordando que, na última Assembleia Municipal, a votação do Voto de Pesar pelo falecimento da Dr.^a Maria Barroso não foi efetuado por voto secreto e informando que os elementos do Partido Socialista concordaram em que o mesmo represente uma proposta de toda a Assembleia.-----

----- Concordou com esse facto o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes e acrescentou que se terá tratado de um lapso, sendo certo que é essa a interpretação que se pode tirar do Regimento da Assembleia Municipal.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Filipe Figueiredo, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, questionou o Sr. Presidente da Câmara no sentido de saber se, quando a Câmara atribui uma verba a uma Junta de Freguesia para determinada obra, essa mesma verba tem de ser gasta no ano em curso ou se pode ser reservada para outros anos a seguir. Justificou a questão com uma situação ocorrida quando foi Presidente de Junta de Freguesia de Ourentã, num dos mandatos do Sr. Presidente da Câmara Dr. Jorge Catarino e mostrou-se preocupado pela existência de verbas aprovadas pela Assembleia no ano de 2014 e que não foram ainda utilizadas pelas Juntas de Freguesias.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual passou a responder às questões colocadas da seguinte forma: - Tranquilizou o Sr. Filipe Figueiredo, esclarecendo que, efetivamente, em outros tempos, as verbas não podiam transitar, tendo acontecido também com outras freguesias. Acrescentou que, os

procedimentos foram alterados e neste momento essas verbas podem transitar em muitos casos para o ano seguinte; - Em relação à questão da Estrada de Outil, informou o Sr. Prof. Abel Carapêto que oportunamente lhe faria chegar a informação técnica, sobre a alteração do traçado da via em causa que deu origem ao que foi exatamente executado e no qual foi ponderado o alargamento e eventualmente a eliminação de algumas curvas. Referiu de seguida que, com o estado daquela via atual, os condutores devem ter algum civismo e devem procurar moderar a velocidade; - Em relação à reposição das 35 horas semanais, recordou que se trata de um processo que já se arrasta há muito tempo, tendo Câmara Municipal de Cantanhede sempre cumprido a Lei. De seguida informou que na próxima terça-feira, logo após a reunião do Executivo, a Câmara vai assinar com os três sindicatos, um ACEEP, Acordo Coletivo de Empregador Público, pelo que convidou todos os membros da Assembleia Municipal a estarem presentes. Referiu ainda que, não houve nenhum Município no país que tivesse tido o mesmo comportamento deste Executivo, pois houve uma abertura total, com reuniões onde estiveram os representantes dos funcionários, com os funcionários afetos aos sindicatos e com os próprios sindicatos. Acrescentou que se pretendia ir mais longe, abordando outros temas para além das 35 horas mas tal não se proporcionou.-----

----- Interveio, de seguida, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Sr. João Perdigão, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que no dia 4 de Dezembro faleceu o Sr. António de Jesus Farate, primeiro Presidente de Junta da Freguesia de Ançã eleito democraticamente. Acrescentou que era um homem de convicções fortes, de reconhecida ética e que foi durante uma época, um dedicado defensor da democracia em Ançã. Finalmente, propôs à Assembleia a atribuição de um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor António de Jesus Farate.-

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, o qual, após cumprimentar todos os presentes, abordou os seguintes assuntos: - A atribuição de mais um prémio ao escritor cantanhedense João Carlos da Costa Cruz, mais conhecido por António Canteiro, prémio esse promovido pela Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão; - O facto de, pelo sétimo ano consecutivo o Município de Cantanhede ter sido distinguido como Autarquia mais familiarmente responsável, distinção do Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis; - O facto do anuário financeiro dos Municípios Portugueses relativo ao ano de 2014 ter destacado o Município de Cantanhede pelos melhores motivos: foi 35.º na execução da receita cobrada, 1.º do distrito com 95,8%, 21.º nos subsídios compromissados com 100% de execução, 80.º nas despesas comprometidas menores que as receitas liquidadas, 34.º no aumento do valor em títulos de participação e 30.º maior em termos de resultados económicos. Informou ainda que, também a INOVA aparece distinguida pelo menos em 2 quadros, como 24.º melhor no ranking global do exercício 2014; - O facto da Ordem dos Contabilistas Certificados e o Tribunal de Contas terem publicado também e pela primeira vez, o anuário das Freguesias, tendo procedido à análise na internet de quais as freguesias que apresentam o relatório de Contas e o orçamento disponibilizados ao público como é legalmente exigido. Dessa análise verificaram que 30% das Juntas do Concelho cumprem, nomeadamente as Juntas de Murtede, Ourentã, Sepins e Bolho e Covões e Camarneira; - Lamentou o facto de, no âmbito da Revisão do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil que resulta de uma imposição legal, não ter sido dado algum retorno à Junta de Freguesia de Murtede sobre as 5 sugestões que apresentou, algumas pertinentes; - Agradeceu a presença do Executivo nas comemorações do dia da Freguesia de Murtede; - Recordou que a Câmara de Cantanhede, com o apoio dos

serviços técnicos da REFER, suprimiu várias passagens de nível, o que era necessário e lamentou o estado lastimável e de abandono em que se encontram as estações, que continuando assim, poderá inviabilizar o seu uso futuro; - Relativamente à alteração das datas da EXPOFACIC, criticou os *timings* em que foi comunicada, pois muitas comissões de festas já têm o cartaz elaborado e fizeram-no julgando que se mantinham as datas de anos anteriores. Acrescentou que se tivessem anunciado previamente aquela alteração, as mesmas teriam possivelmente alterado as datas ou apostado num cartaz mais ou menos forte. De seguida apresentou um Voto de Condenação e Pesar subscrito pela Bancada do PSD, ao qual convidou a Bancada do PS para se associar, do seguinte teor: *“VOTO DE CONDENAÇÃO E PESAR - Infelizmente os últimos tempos têm sido pródigos em horror e em barbárie, tendo sido noticiados diversos atos terroristas pelos mais diversos motivos e nos mais diversos locais. O único denominador comum a todos estes atos é sempre o mesmo: inocentes que morrem ou ficam feridos e uma capa de medo que cobre as mentes de todos quantos lidam de mais perto com estes fenómenos. Os atos praticados em Paris na noite de 13 de novembro voltaram a chocar-nos e a ocupar massivamente os nossos espaços noticiosos, não só porque houve portugueses envolvidos, mas também porque foi o maior atentado terrorista em solo europeu desde os ataques de Madrid em 2004. Nada o justifica, nada o explica. E perante esta afronta às liberdades, direitos e garantias temos de preservar nos nossos valores, condenando o inqualificável, enaltecendo o respeito pela cidadania democrática e fazendo prevalecer o bem comum. Pela solidariedade devida às vítimas, a bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede propõe um voto de veemente condenação de todo e qualquer ato terrorista e de manifestação do mais profundo pesar pelo sofrimento infligido e pelas vidas perdidas.”*-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, colocou a votação a aceitação para votação do Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Eng.º Jorge Bento, o qual foi aceite. De seguida procedeu-se à votação do referido Voto de Pesar, nos termos do art.º 42.º do Regimento, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 28 votos a favor e 1 abstenção.-----

----- Colocou ainda a votação a aceitação para votação do Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. António de Jesus Farate, o qual foi aceite. De seguida procedeu-se à votação do referido Voto de Pesar, nos termos do art.º 42.º do Regimento, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 29 votos a favor e 1 abstenção.-----

----- Finalmente, colocou a votação a aceitação para votação do Voto de Condenação e Pesar pelos acontecimentos ocorridos em França a 13 de novembro 2015, o qual foi aceite. De seguida procedeu-se à votação do referido Voto de Condenação e Pesar, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Foi, de seguida, dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Sr. Fernando Pais Alves, o qual, após cumprimentar todos os presentes, informou que uma empresa belga, dedicada, basicamente ao tratamento de resíduos florestais e à logística de transportes se irá sediar na Zona Industrial da Tocha, o que representa uma mais-valia para o Concelho.-----

----- Interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Ourentã, Sr. Carlos Ventura, também ele criticando a alteração das datas da Expofacic pelas mesmas razões apontadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murteide e informando que na sua freguesia são duas as festas atingidas, a da Lapa e a da Póvoa do Bispo.-----

----- Falou o Sr. Mário Miranda de Almeida, o qual, após cumprimentar todos os presentes, abordou os seguintes temas: - Elogiou o trabalho do Município e da Inova no âmbito da conservação e limpeza do Concelho; - Elogiou a União das Freguesias

de Vilamar e Corticeiro de Cima no âmbito da limpeza da freguesia e pela proximidade com a população quer do senhor Presidente da União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, quer de todos os membros do Executivo. – Alertou para a necessidade de alcatroamento da estrada que vai da escola até ao limite dos concelhos de Mira e Vagos, numa extensão de 1,5 / 2 quilómetros; - Alertou ainda para a necessidade de pequenas obras junto à escola do Corticeiro de Cima onde os professores estacionam os carros, na abertura que dá para a Rua Luis le Coq, bem como no lugar de Cabeço Redondo que está a necessitar de reparações na calçada das suas ruas. - Recordou que abandonou a última Assembleia Municipal em que esteve presente, em protesto pelo Posto Médico e pela carta/resposta que a Direção Regional de Saúde do Centro mandou, apresentada pelo Executivo. De seguida, afirmando que, desde aquela Assembleia, apenas tem conhecimento do que foi ouvindo de algumas pessoas e do que leu na comunicação social sobre o assunto, solicitou ai Sr. Presidente da Câmara alguma informação respeitante àquele assunto. Acrescentou que se sente ferido com aquela situação e que continua com esperança que tudo se resolva.-----

----- Foi dada a palavra ao Presidente da Freguesia de Sepins e Bolho, Sr. Luís Arromba, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, agradeceu, em nome da Junta de Freguesia, da Direção do Grupo Desportivo de Sepins e da população de Sepins, o investimento feito na obra da aplicação do relvado sintético no Campo da Carvalheira, em Sepins, que foi inaugurado no passado dia 22. Acrescentou que aquela obra foi abraçada em conjunto e acabou por ficar muito menos onerosa devido à ajuda da população local. -----

----- Interveio o Sr. Dr. Luís Pato, o qual, após cumprimentar todos os presentes procedeu à leitura de três comunicações subscritas pela Bancada do Partido Socialista:-----

----- 1) *“HOTEL DA PRAIA DA TOCHA UMA MANCHA NUM ESPAÇO DE EXCELÊNCIA. Antes de iniciar este texto gostaria de dar os meus parabéns ao Presidente da Câmara de Cantanhede (CMC) pelo depoimento prestado na reportagem, Sexta às Nove, transmitida na RTP no passado dia 13 de Novembro de 2015. Faço isto porque não é todos os dias que se vê um entrevistado a manter-se sereno, perante um “tsunami” que converge, em si, uma série de situações problemáticas e já com laivos de serem vergonhosas respondendo da mesma forma solução às várias questões que lhe foram colocadas. A esta postura, pode chamar-se: poder de síntese e uma sincera homenagem ao espírito empírico. Ou será antes uma tentativa de comunicação evasiva? Como se sabe a Praia da Tocha é um espaço de excelência. Trata-se de uma praia premiada anualmente, há já 25 anos, com bandeira azul. O assunto – Hotel da Tocha inacabado, já está mais do que identificado, tanto pelas bancadas na Assembleia Municipal (AM) do PS e do PSD, como também pelos vereadores eleitos por ambas as forças políticas tanto neste Executivo como no anterior. Aliás, em tempos, os membros do PS de Cantanhede já ouviram, na primeira pessoa, os clamores dos moradores da Praia da Tocha que sofrem diariamente com os problemas que advém desta situação. Um assunto que, segundo o Presidente da Junta de Freguesia da Tocha: “é um mamarracho que envergonha a freguesia da Tocha, envergonha os tochenses”... Uma descrição com que naturalmente, concordamos. Proponho, por isso, que passemos diretamente às considerações e questões, às quais até já sabemos, à partida, qual será a resposta do Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede - “está a aguardar pela decisão judicial”. Basta ver*

a peça supracitada e ver os documentos da Assembleia Municipal onde este assunto já foi abordado. À luz destes pressuposto consideramos e perguntamos: A União Europeia diz que em caso de insolvência são as autoridades nacionais que devem resolver este assunto. Não será a Câmara Municipal de Cantanhede uma autoridade nacional? Será que as diligências que tomou são suficientes para solucionar este assunto, ou não será a altura de mudar de procedimento perante um problema que se arrasta há já anos em que a resposta que ouvimos por parte da Câmara Municipal de Cantanhede é sempre a mesma? De acordo com a mesma peça há um crédito de três milhões de euros dispersos por várias empresas – de onde destaco, por exemplo, os 60.000 € de dívida ao Prémio Pritzker – Arq. Eduardo Souto Moura, a Câmara Municipal de Cantanhede – todas estes aspetos mancham o bom nome de Cantanhede e dos seus habitantes, não será altura de o solucionar? Existem várias soluções, algumas das quais são apresentadas na reportagem supracitada, veja-se, por exemplo, a reversão do terreno para o município, pedido já feito pelos moradores, as três hipotéticas empresas interessadas neste processo, queremos saber se a Câmara Municipal de Cantanhede vai continuar a insistir na meta-tese que: “não quer especular neste momento sobre eventuais soluções sem conhecer a decisão judicial”? A manter-se esta solução, para nós parece-nos pouco, é uma desculpa que já ouvimos vezes sem conta. E as questões de segurança e de saúde públicas já tanta vezes mencionadas, será necessário ocorrer algum acidente – para que a Câmara Municipal de Cantanhede mude o seu enfoque? Será preciso acontecer uma tragédia, como infelizmente é já prática no nosso país, para finalmente se mudar a estratégia? Trata-se de um espaço desprotegido, com perigos já identificados e há muito tempo que carecem de uma resposta na prática e não no abstrato. Será este posicionamento a solução para salvaguardar o interesse público? Exmo. Sr Presidente da Câmara

Municipal de Cantanhede, demais elementos do Executivo, Exmos Deputados, Exmos senhores e senhores jornalistas é importante evidenciar que no ato de abordar este assunto não está qualquer índice de interesse ideológico; isto não é política, pois, a natureza tangível deste assunto está aqui bem presente e mencionada. É um problema público que carece de uma solução urgente. E nós que fomos aqui colocados do mesmo modo – através da confiança e de crença do nosso eleitorado que representou estes valores através do ato de votar, não podemos pactuar com o já evidente perpetuar de uma situação desta magnitude através de um leque de argumentos cuja inércia é já ensurdecadora. Não vale a pena, por isso, engrenar um discurso fundamentado numa estratégia de vitimização, essa estratégia também já nos é sobejamente familiar. Queremos soluções. Aliás, acerca desta estratégia de comunicação, conluo citando três dos dez postulados para enviesar o pensamento através de comunicação propostos por Noam Chomsky – a “Estratégia da Distração” – o desvio constante do espectro da atenção do público do assunto que está a ser tratado; “Estratégia da Gradualidade” - quando uma realidade, que a montante se apresenta como sendo inaceitável à medida que os anos vão passando torna-se gradualmente uma evidência através de doseamentos propositados da realidade que é passada à população; e “A Estratégia de Deferir” – um paradigma em que se considera que uma decisão dolorosa acaba por ser necessária obtendo-se uma aceitação pública gradual mas sempre com a ilusão de uma solução futura...”;-----

----- 2) “ACESSO AO NOVO CENTRO ESCOLAR – UMA REALIDADE QUE TARDA SOLUÇÃO - Agora que se está no final do 1º período dos níveis de ensino lecionados no novo Centro Escolar, verifica-se mais uma quebra de uma promessa por parte da Câmara Municipal de Cantanhede – os acessos a este espaço ainda não estão concluídos. Esta história apresenta-se como mais um exemplo de uma

desastrosa gestão de um assunto, já aqui referido anteriormente, que, na nossa opinião, devia ser alvo dos melhores esforços por parte da nossa autarquia – o providenciar as melhores condições para os nossos alunos. Tal não se está a verificar. Agora começamos a compreender o facto de ainda não se ter inaugurado este espaço com pompa e circunstância! Compreendemos também, por isso, o facto de este espaço não ter sido muito publicitado pelos seus promotores. Uma cidade ter vergonha de ter uma escola nova, por não ter cumprido com o seu papel no que concerne aos acessos à mesma parece-nos no mínimo paradigmático. Normalmente, desde os tempos do classicismo a abertura de um espaço desta natureza seria sempre motivo de regozijo. Existe uma outra questão conexas e demasiado importante para ser negligenciada. Está relacionada com a “Segurança de Todos” e com o maior afluxo de trânsito em horas de ponta letiva, sem a conclusão destas obras, no caso de uma urgência/emergência nesta via dos Bombeiros Voluntários. Será o caos aquando da necessidade dos Bombeiros saírem com Ambulâncias e/ou vários carros de combate para acorrerem a estas emergências! Mais uma vez, a Câmara Municipal de Cantanhede coloca a resposta na esfera da sorte esperando que nada de grave aconteça. Onde está a Implementação de uma estratégia de Prevenção de Riscos? ”-

----- 3) “RUA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CANTANHEDE - Muito recentemente, nomeadamente, nos meses de Setembro e Outubro passados, assistimos na Cidade de Cantanhede à existência de vários acidentes na Rua dos Bombeiros Voluntários. Estes sinistros representam vários acidentes entre automóveis e um atropelamento, ao final da tarde, em frente das antigas instalações dos Bombeiros Voluntários, hoje Loja do Cidadão, que resultou num ferido ligeiro. Há dois aspetos que convirá recordar neste momento – que se trata de uma artéria central da Cidade de Cantanhede. O outro é devido à hora em que pelo menos dois destes

eventos (entenda-se acidente) ocorreram – ao final da tarde. Para quem conhece este trajeto conhece bem a dificuldade que é conduzir um automóvel com índices mínimos de visibilidade devido à intensidade dos raios solares que aqui incidem. Convirá ainda recordar a quantidade de passadeiras que existem neste espaço – o que aumenta, consideravelmente, o perigo de ocorrer um acidente entre um veículo e um peão ou transeunte. E isto sem mencionar o aumento considerável de circulação de pessoas e automóveis que ocorre neste espaço devido à localização do novo centro escolar que se serve também desta rua como via de acesso. Em suma, poder-se-á concluir que, caso esta conjugação de fatores se mantenha, se está perante todo um cenário que culmina numa tempestade perfeita que ainda não se efetivou devido a boa fortuna. Como tal, remetemos este assunto à Comissão Municipal de Trânsito para analisar e propor medidas tendentes a evitar este tipo de ocorrências.”-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, o qual passou a responder às questões colocadas da seguinte forma: - Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Mário Miranda de Almeida: - Sobre o Centro de Saúde, informou que todas as informações obtidas pela Câmara já foram disponibilizadas e recordou que o ACES, entidade gestora no âmbito da ARS que gere as Unidades de Saúde Familiar, deu parecer negativo no que concerne à abertura daquelas extensões de saúde, ao qual foi exigido uma clarificação que já foi atendida; - Quanto às estradas visadas, informou que está previsto para 2016, por empreitada, a intervenção na estrada entre o limite do Concelho na escola primária até ao cruzamento Fonte Angeão. Quanto à estrada ao pé da escola, a mesma será executada por administração direta. Relativamente ao lugar de Cabeço Redondo, já foi articulado com o Senhor Presidente da Junta o fornecimento de materiais para proceder às obras em causa; - Quanto à intervenção do Presidente da Junta de Sepins e Bolho, Sr. Luís

Arromba, recordou que aquela infraestrutura foi a última a ser construída no Concelho, para a qual o subsídio atribuído foi inferior aos restantes. Considerou assim que, a dinâmica da população de Sepins é um bom exemplo para as outras freguesias e representou uma grande poupança e um trabalho feito com qualidade, em parceria com o Município; - Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Dr. Luis Pato, informou que, em relação à questão da artéria central de Cantanhede, está a ser elaborada, na CIM, uma candidatura no âmbito do +CENTRO, designada por Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, a qual visa exatamente o arranjo da artéria principal que vai desde os Bombeiros Voluntários até à Praça do Município e que se pretende ainda estender até ao cruzamento para Cadima. Acrescentou que, na questão da segurança, poderá este projeto ser articulado com outras soluções que poderão passar por uma diminuição de velocidade; - Quanto à questão do Centro Escolar, confessou ter ficado estupefacto com as considerações feitas, uma vez que, no dia da abertura do Centro Educativo, o Senhor Vereador da Educação esteve no local todo o dia, tendo explicado o porquê de não se ter feito a inauguração das instalações naquele dia. Recordou que os 2 principais motivos foram o facto de ser vésperas de eleições, o que poderia levar a uma interpretação errada sobre aquela questão e o facto da estrada ainda não estar pronta, tendo o Executivo entendido que deveria deixar a inauguração para um momento posterior, pela altura do Natal ou no mês de janeiro. Recordou ainda que, aquela estrada, não foi feita mais cedo por culpa do Ministério da Educação, que demorou imenso a dar autorização para a realização daquelas obras; - Quanto à questão do Hotel da Praia da Tocha, informou que o assunto está a ser devidamente acautelado, tendo a Câmara Municipal nomeado advogado, existindo assim uma estratégia que está a ser seguida. Justificou ainda que, não podia dizer tudo na entrevista, como é óbvio, uma vez que a questão está

em processo judicial. De seguida lembrou que, no momento, a Câmara Municipal não tem nada na sua posse, pois o terreno foi vendido em hasta pública e colocado nas mãos de um privado, que contratualizou com o + CENTRO, teve parecer positivo do Turismo de Portugal e que não fez a obra. Esclareceu ainda que a intenção do Município é finalizar o Hotel da Praia da Tocha e falou sobre a estratégia de um conjunto de moradores da Rua Norte da Praia da Tocha, a qual passaria pela reversão do Lote mas que constituiria para o Município uma enorme despesa. Sobre o facto de ter sido evasivo na referida entrevista afirmou que tinha que o ser, pois o processo encontra-se no Tribunal de Amarante e o Município tem advogado nomeado para o efeito, sendo certo que, quando houver uma decisão judicial poder-se-á resolver. Afirmou ainda que, continua a ser um objetivo finalizar aquele Hotel, mesmo que não seja nos moldes em que foi projetado e que já foi procurado por dois ou três interessados em o fazer desde que não herdem todos aqueles problemas e tenham a possibilidade de obterem fundos comunitários. Relativamente à questão da segurança, recordou que há técnicos do Município e uma equipa da Proteção Civil que, periodicamente, vai à Praia da Tocha fiscalizar as instalações, para além da vigilância que é feita em articulação com o Sr. Presidente da Junta da Tocha.-----

----- Foi, de seguida dada a palavra ao Sr. Dr. Fernando Simão, o qual questionou sobre a possibilidade da Câmara poder preparar, desde logo, um projeto que possa incentivar a compra daquele edifício, uma vez que o administrador da massa insolvente, mais cedo ou mais tarde, irá vender e que, com o tempo, aquela construção poderá vir a deteriorar-se cada vez mais. -----

----- Respondeu o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, informando que, das reuniões que teve com os eventuais interessados, demonstrou total abertura para se reformular aquele projeto.-----

----- Interveio ainda a Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Prof.^a Aidil Machado, a qual demonstrou estar em desacordo com as afirmações feitas pelo Sr. Dr. Luis Pato sobre o Centro Escolar de Cantanhede. Referiu que, quinzenalmente está presente naquele Centro Escolar e que, em conversa com muitos pais, verificou que todos ficaram agradados com a forma como ele abriu, não tendo havido qualquer constrangimento devido ao trânsito. Afirmou ainda que, todos perceberam porque é que a via não estava completamente pronta e que foi preferível abrir o Centro Escolar no devido tempo, em Setembro, do as crianças iniciarem o ano nas suas escolas, e a meio do ano, passarem para o Centro Escolar, o que seria pedagogicamente um grande erro. -----

----- Retomou a palavra o Sr. Dr. Luis Pato, o qual afirmou que, em relação ao Hotel, louva todas as soluções apresentadas mas, frisou que, a grande preocupação da sua bancada é a questão da saúde e a questão da segurança.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, Enf.^o Egídio Patrão, o qual, após cumprimentar todos os presentes, informou relativamente à questão da saúde que, no dia anterior à presente sessão foram entregues pelo ACES as instalações dos postos médicos, estando o Executivo da Junta a aguardar a marcação de uma reunião com a Câmara, de caráter urgente, para debater essencialmente aquele assunto. Informou ainda que, relativamente às obras referidas, a Junta tem estado a trabalhar com os serviços do Município nesse sentido, encontrando-se as estradas em fase de adjudicação, e já tendo sido feito o levantamento do que é necessário para o Cabeço Redondo. Relativamente a este lugar, informou ainda que foi feito o levantamento total da área, e da calçada estando o início das obras agendadas para quando o material for entregue por parte da Câmara.-----

----- Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Febres, Dr. Carlos Alves, o qual após cumprimentar todos os presentes, enalteceu o trabalho da Câmara Municipal, quer na sua freguesia, quer em todo o concelho, no último ano recordando, nomeadamente, a requalificação de todos os caminhos vicinais da freguesia e o início do alargamento da rua de acesso ao Parque Desportivo. Relativamente àquele Parque Desportivo informou que, o mesmo já é utilizado à cerca de 4 anos, apesar das obras que se têm vindo a realizar, tais como a colocação do relvado, a pista de tartan e mais recentemente a execução dos balneários. Informou ainda que já são cerca de 200 atletas a utilizar aquele Parque Desportivo e que o relvado existente já se torna manifestamente pequeno para tantos atletas. Acrescentou que apenas falta a conclusão do piso sintético para que aquele equipamento esteja concluído e possa ser inaugurado. Referiu-se ainda ao Pavilhão Multiusos de Febres que se encontra praticamente concluído e que é uma obra de referência para a Freguesia, para o Concelho e para a Região Centro, mas que necessita também ele de ter um bom acesso. Relativamente à saúde informou que Febres já tem a USF completamente requalificada pelo que agradeceu o esforço da Câmara Municipal, não só na requalificação daquele espaço e equipamento, mas também pelos arranjos exteriores que foram feitos em tempo útil, ficando apenas a faltar a resolução da falta constante de energia, problema da responsabilidade da ARS. Finalmente agradeceu à Câmara pela finalização do processo da Casa Carlos de Oliveira, cujo espaço poderá ser inaugurado brevemente e onde pretende colocar o Espaço do Cidadão. Finalmente, alertou para o facto de todos o acesso entre Febres, Serredade e Camarneira, se encontrarem muito danificados, necessitando de uma intervenção, bem como a estrada que liga Febres à Fontinha.-----

----- Foi, de novo dado a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Sr. João Moura, o qual informou que, naquele dia, seguiria uma carta para à Ministra da Justiça sobre a questão da reforma judiciária. Esclareceu que, aproveitando as declarações da Ministra da Justiça, há 8 meses, em que ela defendia correções e ajustamentos no sistema, aquela carta pretende fazer um histórico da situação e da luta encetada no concelho de Cantanhede, mas também justificar o que as implicações do esvaziamento de competências para a região e muito concretamente para os municípios do concelho de Cantanhede e especialmente para os que vivem a norte. De seguida informou da sua inteira disponibilidade para participar no estudo de uma solução que permita ao Tribunal de Cantanhede recuperar o seu estatuto e as suas competências em benefício das populações do concelho e da região. Finalmente fez votos que o atual Governo possa, até por uma questão de coerência política, em relação àquelas foram as suas bandeiras em áreas como a saúde, como a justiça e até como a Reforma Administrativa, pôr em prática as suas promessas eleitorais, sendo certo que o Executivo sempre defendeu, independentemente dos governos, o melhor para o concelho.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período antes da ordem do dia.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara»:**-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da documentação entretanto entregue.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes informou que os assuntos do **Ponto 2** ao **Ponto 7** são relacionados com a INOVA, EM-SA, pelo que seriam analisados em conjunto, sendo, seguidamente, votados individualmente.-----

----- Foi dada a palavra à Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, solicitou ao Sr. Presidente da Mesa que fosse permitido ao Sr. Presidente do Conselho de Administração da INOVA, Eng.º António do Patrocínio Alves expor os assuntos em causa, bem como esclarecer algumas questões já colocadas na sessão, nomeadamente, sobre a Expofacic. De seguida informou que para além da alteração dos estatutos daquela Empresa Municipal, também são presentes os contratos-programa que são provocados pelo regime jurídico da atividade empresarial local que faculta a possibilidade aos Municípios de estabelecer contratos-programa, apesar da Lei não permitir que as entidades públicas concedam às empresas locais quaisquer formas de subsídio ao investimento. Recordou que a INOVA faz as suas intervenções utilizando as suas receitas próprias, daí a celebração daqueles contratos-programa para a questão dos transportes, dos espaços verdes, da limpeza, da quinta biológica, etc... Esclareceu ainda que o modelo é semelhante aos anos anteriores, existindo apenas uma alteração na questão dos transportes urbanos.-----

----- Interveio o Sr. Presidente do Conselho de Administração da INOVA, Eng.º António do Patrocínio Alves, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou, relativamente às datas de realização da Expofacic 2016, que foram ponderadas várias possibilidades e que foram consultados todos os expositores sobre as mesmas, verificando-se que a grande maioria apontava para as datas que foram escolhidas. Informou ainda que foram tidas em conta as datas das festas populares que se realizam nas freguesias do concelho e concluído que, as datas escolhidas apenas iriam coincidir com 4 festas, em vez de 8, caso tivessem sido escolhidas as datas anteriores. De seguida referiu-se aos Contratos Programa a celebrar com o Município, começando pela Quinta Biológica e tendo apresentado o histórico da sua

receita desde o ano de 2012 e a evolução do valor dos contratos programas até 2015, nomeadamente, 57.500,00 € no ano de 2013, 40.000,00 € no ano de 2014 e 2015 38.000,00 € no ano de 2015. Explicou ainda toda a dinâmica da quinta Biológica, nomeadamente, quanto ao tipo e número de visitantes, que tem vindo a aumentar. Relativamente aos Transportes Urbanos, apresentou o atual circuito, o qual inicia no centro, dá a volta à Cidade e volta ao centro da mesma. Referiu ainda que, o problema deste circuito é o facto de se ter de percorrer todo o circuito para se chegar a um local que até se encontra relativamente perto do local onde inicia a viagem. Informou que a taxa de ocupação em 2012 foi de 35,56%, tendo diminuído ligeiramente e que, em 2015 se prevê que fique próximo dos 33%/34%. Informou também que em 2012 a receita foi de 6.918,12 €, tendo-se mantido sensivelmente constante e que no presente ano, até 20 de Outubro, a mesma importa em 5.418,51€ e que os contratos-programa celebrados em 2013 e 2014 foram de 33.500,00 € e em 2015 de 34.000,00 €. De seguida informou que, após reunião realizada com a empresa de aluguer, tendo em vista a alteração do circuito de Cantanhede, resolver o problema existente e tentar estender os transportes a algumas freguesias do Concelho, conseguiu-se chegar a um acordo. Assim, desse acordo resultou a criação de três zonas, a zona verde, correspondente à zona Industrial, a zona vermelha, correspondente à zona residencial e a zona azul, correspondente à zona comercial que passa pelo Intermarché, o Lidl e o Continente. Apresentou de seguida os horários atribuídos àqueles circuitos, bem como as especificidades de cada um deles e informou que o tarifário se mantém igual ao que já é praticado há 2 ou 3 anos, sendo que um bilhete individual pré-comprado custa 0,40 €, um bilhete individual vendido pelo motorista custa 0,60 €, o passe normal custa 8,50€, o passe social sénior custa 5,00 e o passe social de estudante custa 6,00 €. Quanto às freguesias explicou que foram criados 5 circuitos que funcionarão todos

os meses, exceto no mês de agosto, entre as 9h15 e as 13h30 da seguinte forma: - À segunda feira, haverá um circuito que sai às 9h15 de Marvão, passando por Malhada, Quinta dos Troviscais, Montouro, Picoto, Covões, Porto de Covões, Labrengos, Campanas, Cavadas, Camarneira, Areia da Camarneira, Fonte Errada, Montinho, Arrotas e Pocariça, acabando em Cantanhede, fazendo o regresso às 12h00; - À terça feira haverá um circuito que sai pelas 9h00 da Venda Nova, passando por Bolho, Sepins, Escapães, Murtede, Enxofães, Porto Carros, Carvalho, Cordinhã, Ourentela, Sete Fontes, Ourentã e Cantanhede, fazendo o regresso pelas 12h43; - À quarta-feira, haverá um circuito que sai do Barracão, passando por Perboi de Cima, Perboi de Baixo, S. Caetano, Sardão, Corticeiro de Cima, Vilamar, Chorosa, Febres, Fontinha, Franciscas, Varziela, Zona Industrial, Cantanhede; - À Quinta feira haverá um circuito que sai da Lagoa Alta, passando por Pedras Ásperas, Póvoa, Aljuriça, Carvalheira, Guimera, Casal, Zambujal, Povo da Lomba, Cantanhede; À Sexta feira haverá um circuito que sai da Tocha, passando por Caniceira, Barrins, Escoural, Freche, Carreiros, Sanguinheira, Gesteira, Casal dos Netos, Olhos da Ferveça, Nogueiras, Braganção, Taboeira, Corga, Cadima, Lemedede e Cantanhede. De seguida explicou que nos lugares de Penedos e Serredade, Espinheiro, Lapa e Póvoa do Bispo, Balsas, Sanguinheira, Arrancada, Lagoas e Pedreira, Azenha, Coutada, Cochadas, Catarinões, Ferveça de Baixo, Queixada da Raposa, Recachos e Taipinas, funcionará o chamado “transporte a pedido” uma vez que existirão placas com o número de telefone para que a pessoa, no dia anterior, ligue para uma linha da transportadora, e solicite a vinda do autocarro do correspondente circuito. Informou ainda que foi criado também um trajeto para as praias que funcionará no mês de Agosto para Cantanhede, Olhos da Ferveça, Praia da Tocha, com início às 9h30 e que chega à Praia da Tocha às 9h56 e às 13h00, regressando às 14h00 e às 18h00.

Acrescentou que, nestes casos o preço dos bilhetes é diferenciado por zonas, pagando-se 1,00 € por zona ou 1,50 € para duas zonas e as idas à Praia da Tocha custarão 2,00 €, para além do passe mensal que pode ser adquirido por 10,00 € e com o qual poderá circular livremente por estas zonas. Explicou ainda que os transportes passarão a designar-se por Urb In, Transportes Urbanos de Cantanhede Integrados e que todas as paragens serão identificadas como tal e nas zonas onde não há paragem, existirá um postalete com aquela identificação, sendo que em ambas serão colocados todos os horários de cada zona respetiva, as quais serão também diferenciadas por uma cor. De seguida justificou o facto de que Ançã, que Portunhos, que a Pena, não entram naqueles circuitos, porque os concessionários defendem que aqueles lugares estão muito bem servidos de transportes públicos. Finalmente informou que se trata de um serviço dinâmico, que poderá ser alterado quer por sugestão das Juntas de Freguesia, que por sugestão das próprias pessoas. Relativamente aos Contratos Programa apresentou a evolução dos seus valores desde 2013 até à presente data e informou que: - Relativamente aos espaços verdes houve um aumento de cerca de 13.000,00 € porque também houve um aumento da área de 4.500 m²; - Relativamente à limpeza urbana, houve uma descida de 15.000,00 €, pelo facto de se recorrer a mão-de-obra provinda sobretudo de programas ocupacionais; - Tal acontece também com a limpeza urbana, as Piscinas Municipais e a quinta agrícola; De seguida informou ainda que, relativamente aos transportes urbanos, com todas as alterações operadas ao nível dos novos circuitos houve apenas um aumento de 14.000,00 €. Assim, conclui que, no total, após alguns ajustamentos o valor dos contratos programa se manteve pelos valores do ano anterior, ou seja 890.000,00 €+IVA. Informou ainda que estão a ser efetuados todos os esforços para que todas as paragens, sejam preparadas e fiquem prontas entre o Natal e o Fim de

Ano para que os novos serviços se iniciem no dia 4 de Janeiro. Informou ainda que vão ser distribuídos flyers de divulgação junto das pessoas, das Juntas de Freguesia e dos Párocos para uma maior divulgação. Haverá ainda uma conferência de imprensa para fazer a divulgação daqueles novos serviços. Finalmente informou que, o aluguer dos Transportes Urbanos de Cantanhede, vai custar 32.692,00 €, sendo que, os transportes para as Freguesias, terão um custo de 17.592,00 € e a linha das Praias, 4.359,00 €, num total de 54.643,00 €. Em rdação à alteração dos Estatutos, informou que surgiu após uma das últimas reuniões de Câmara, quando se verificou que, aquando da aprovação do Orçamento da INOVA, houveram 5 vereadores que votaram a favor e 2 que se abstiveram. Assim, pelo facto da INOVA ser uma S.A., verificou-se que juridicamente, tem que haver uma votação única, não podendo haver votações, uns a favor e outros contra, daí a alteração.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa passou ao **Ponto 2 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração dos Estatutos da INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.- S.A.»**, solicitando se alguém queresia intervir sobre o mesmo.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 2 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração dos Estatutos da INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.- S.A.»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato-programa/Gestão para o ano de 2016 a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, EM-SA – Limpeza Urbana»**:-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Dr. Fernando Simão, o qual alertou para o facto das pessoas continuarem a deixar as aparas um pouco por todo o lado, quer em terrenos,

quer junto a estradas ou junto dos contentores do lixo. Assim, solicitou ao Senhor Presidente do Conselho de Administração da INOVA, Eng.º Alves que esse assunto fosse estudado e que houvesse alguma forma de inculcar às pessoas o respeito pelo que está previsto no Regulamento.-----

----- Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Febres, Dr. Carlos Alves dizendo que, efetivamente, na freguesia de Febres e em outras freguesias, esse problema continua a persistir e que se trata apenas de uma questão de civismo, uma vez que basta um telefonema para a INOVA para que o serviço seja efetuado. Da seguida sugeriu a reformulação dos cartazes existentes junto aos Ecopontos para tentar resolver essa questão que em nada dignifica a freguesia.-----

----- Respondeu o Sr. Eng.º António Alves que, existe um serviço de recolha às segundas-feiras porque geralmente as pessoas tratam dos jardins nos fins-de-semana, bastando um telefonema para que se faça a recolha sem qualquer custo. Informou que, em todas as freguesias e em locais estratégicos existe um cartaz que anuncia essa recolha gratuita. Também é publicado, no jornal mais lido no concelho de Cantanhede meia página a chamar atenção para o problema da água, para o problema do saneamento e para o problema dos resíduos, onde se faz referência também a essa recolha gratuita. Recordou que, em 2014, foi feita uma campanha porta-a-porta em todas as freguesias do concelho, a qual demorou cerca de 2 anos, na qual foi distribuído um manual do bom produtor do lixo, ao nível de todo o concelho. De seguida referiu que a ERSUC abrange 36 Municípios que têm uma taxa de reciclagem entre 7% a 9% enquanto Cantanhede ultrapassa os 19%. Relativamente aos Ecopontos, também é Cantanhede que possui a maior percentagem, devido à candidatura feita em 2014 e que permitiu a colocação de 90 Ecopontos pelo concelho. Informou ainda que, até ao final deste mês, irá ser apresentada uma candidatura em

Lisboa, de cerca de 490.000,00 €, destinada à reciclagem, com a qual se pretende comprar mais ecopontos, equipar todos os carros de recolha do lixo com um sistema informático que indicará se os contentores estão cheios ou vazios e uma nova campanha de sensibilização ambiental porta a porta em todas as freguesias. Finalmente, informou que o problema das aparas dos jardins e dos verdes se refletia mais na freguesia de Febres e de Ançã, embora esta última tenha optado por uma estratégia que resultou bastante bem, pois criou um espaço onde as pessoas podem depositar aqueles resíduos, em locais diferenciados, os verdes num local e os metais, noutro, os quais são recolhidos após solicitação da Junta de Freguesia de Ançã pela INOVA.-----

----- Falou ainda o Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Portunhos e Outil, Eng.º Paulo Santos, o qual sugeriu a criação, nas diversas freguesias de um local apropriado onde as pessoas pudessem deixar os monos em vez de os deixar junto aos caixotes de lixo, como acontece na freguesia de Portunhos e Outil. Acrescentou que a INOVA poderia fazer a recolha regularmente, libertando de certa forma o mau aspeto que muitas vezes fica junto aos caixotes do lixo nas freguesias.-

----- Retomou a palavra o Sr. Eng.º António Alves, informando que nem sempre é fácil licenciar esses locais, pois o local de Ançã teve que ser licenciado pela CCDR e demorou cerca de 1 ano e por outro lado, é necessário algum controlo para que as pessoas não deixem tudo de qualquer maneira, para que a recolha possa ser feita consoante os materiais existentes, os verdes num lado, os metais noutro e o vidro noutro.-----

----- Falou novamente o Presidente da Junta da União das Freguesias de Portunhos e Outil, Eng.º Paulo Santos, afirmando que muitas pessoas têm vergonha dos lixos que têm para entrega na INOVA, sendo mais fácil deixá-lo, à noite, junto a um

contentor do lixo. Há ainda pessoas de outras freguesias que não pertencem ao concelho e à noite descarregam, bem como empreiteiros que deixam seu lixo para não pagarem os impostos dos tratamentos do lixo que fazem nas obras.-----

----- Interveio ainda o Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Sr. João Perdigão, o qual confirmou todas as informações prestadas pelo Sr. Eng.º Alves e acrescentou que para além de ter arranjado aquele local, a Junta colocou à disposição da população um número de telefone para que indiquem quando querem depositar e, depois quando o local já está mais ou menos cheio, a Junta solicita à Inova que lá vá fazer a recolha. Acrescentou que esta solução apesar de funcionar está longe de ser otimizada, mas está confiante que venha a funcionar em pleno com uma boa campanha porta-a-porta, uma grande vigilância logo a seguir e, eventualmente, com a aplicação das coimas que estão previstas e que poderiam ser aplicadas.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato-programa/Gestão para o ano de 2016 a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, EM-SA – Limpeza Urbana»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual agradeceu todos os esclarecimentos prestados pelo Sr. Eng.º António Alves, os quais muito apreciou e sugeriu que também fossem apresentadas as contas e o relatório da atividade da Expofacic. Ainda sobre a Expofacic, referiu-se à alteração das datas, sendo certo que de uma forma ou outra iria sempre afetar as festas que se realizam por essa altura no Concelho e que, neste caso, é dado um maior benefício às festas de Ançã. Criticou ainda o facto do Feriado Municipal ficar deslocado da realização da feira, pois considera que se vai assistir a um esvaziamento da importância daquele feriado.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Eng.º António Alves, afirmando que, desde a sua primeira edição, a feira é autossustentável e nunca o Município teve que patrocinar o orçamento da mesma. De seguida informou que algumas das suas despesas foram aumentando ao longo dos anos, como por exemplo com a Sociedade Portuguesa de Autores que passou de 2.000,00 € em 2002, para 40.000,00 € em 2015. Por outro lado, existem cada vez mais patrocínios de grandes marcas, tais como Rubis Gás, Sagres ou Licor Beirão. Explicou ainda que os resultados da Expofacis são apresentados conforme a Lei determina, existindo dados de gestão que são confidenciais e que não podem ser divulgados por variadíssimas razões.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato-programa/Gestão para o ano de 2016 a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, EM-SA – Quinta Agrícola Biológica»:-----**

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato-programa/Gestão para o ano de 2016 a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, EM-SA – Quinta Agrícola Biológica»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato-programa/Gestão para o ano de 2016 a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, EM-SA – Piscinas Municipais de Cantanhede»:-----**

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato-programa/Gestão para o ano de 2016 a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, EM-SA – Piscinas Municipais de Cantanhede»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato-programa/Gestão para o ano de 2016 a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, EM-SA – Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato-programa/Gestão para o ano de 2016 a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, EM-SA – Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato-programa/Gestão para o ano de 2016 a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, EM-SA – Transportes Urbanos de Passageiros»:**-----

----- Interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Ourentã, Sr. Carlos Ventura, o qual apresentou duas sugestões: - O circuito que se inicia na Venda Nova, iniciar na Póvoa do Bispo; - A inclusão da Praia Fluvial das Sete Fontes no circuito das Praias.-

----- Interveio também o Sr. Presidente da União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, Enf.º Egídio Patrão, o qual também sugeriu uma paragem, mesmo que no sistema a pedido, para o lugar de Cabeço Redondo que fica muito fora do centro do Corticeiro onde vai passar o transporte.-----

----- Finalmente interveio o Sr. Dr. Fernando Simão, realçando o esforço que foi feito no estudo e na aceitação das propostas que a bancada do PS já várias vezes sugeriu e referiu que aquela conduta demonstra que os desígnios políticos aclaram-se e evoluem também no meio da contra posição permanente das forças e interesses e ideais sociais. De seguida e relativamente aos transportes a pedido, lamentou que o

pedido não possa ser feito no próprio dia, o que sugeriu, por exemplo para o telemóvel do condutor. Quanto aos lugares que não terão circuito, como Ançã, Pena e Portunhos, afirmou que apesar de terem outro tipo de transporte, o custo será com certeza superior, criando assim uma certa desigualdade para com os habitantes das restantes freguesias. Relativamente à Expofacic, considerou que a escolha das datas tem que ser política e não de acordo com o interesse dos expositores, uma vez que há uma ligação ao Feriado Municipal e a todo o simbolismo que o mesmo representa.-

----- Interveio o Sr. Dr. Carlos Pessoa, o qual após cumprimentar todos os presentes, informou que não iria falar sobre os transportes mas sim sobre a Expofacic. Assim, respondendo ao Sr. Dr. Fernando Simão que, na verdade, a escolha das datas da realização daquele evento é sempre uma decisão política e acabará sempre por ter pessoas a favor e pessoas contar. Afirmou ainda que acha bem que se tente maximizar aquele evento para que, de facto, se mantenha sempre com grande êxito, questionando-se qual será o futuro da Expofacic.-----

----- Interrompeu a intervenção o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, afirmando que o tema em causa já foi debatido, não podendo, por questões de desigualdade perante os outros Membros, permitir que continue a sua intervenção.-

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato-programa/Gestão para o ano de 2016 a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, EM-SA – Transportes Urbanos de Passageiros»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Concluídos estes pontos, o Sr. Presidente da Mesa colocou à disposição de todos os Membros um período de discussão de 10 minutos sobre o tema da Expofacic, no decorrer do qual, ficou acertado, após alguma discussão, que o Sr. Presidente da

Câmara, faria uma reunião sobre a Expofacis, com dois elementos nomeados de cada bancada e a INOVA antes da próxima Assembleia.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação do 2.º Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Cantanhede»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual informou que, como o Município está com um Plano de Saneamento Financeiro, é obrigado por Lei a apresentar os relatórios semestrais daquele mesmo Plano, o que significa que os dados apresentados são reportados a 30 de Setembro de 2015, calculados com base em 9/12 dos valores anuais reais. Informou ainda que, dos dados apresentados se conclui que o Município está a cumprir o que está plasmado no Plano de Saneamento. De seguida procedeu a uma breve análise a algumas rubricas, nomeadamente, dos custos operacionais que se encontram com valores inferiores aos que tinham sido previstos e recordou que alguns lançamentos são feitos unicamente no final do ano e que existem desfasamentos do plano relacionados com os aumentos da taxa do IVA, a subida generalizada dos preços e a redução das transferências para as autarquias. Relativamente ao endividamento informou que o Plano de Saneamento refere que a Câmara teria que amortizar este ano 315.410,39 €, sendo que, com os cálculos já feitos se prevê que venha efetivamente a amortizar 3.030.362,04 €, ultrapassando largamente o previsto pelo Plano de Saneamento.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação do 2.º Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro do Município de**

Cantanhede», tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 22 votos a favor e 6 abstenções.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da 4.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Ano Financeiro de 2015»:**-----

----- Foi novamente dada a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual informou que a revisão em causa tem única e exclusivamente a ver com o lançamento e as correções que advêm da aprovação das candidaturas do quadro comunitário, que foram efetuadas a meio do ano ao overbooking e da necessidade de se lançarem aquelas receitas. -----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da 4.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Ano Financeiro de 2015»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 23 votos a favor e 6 abstenções.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2016»:**-----

----- Voltou a intervir a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual informou que, o Orçamento da Câmara Municipal tem de cumprir as regras orçamentais e estar de acordo com o POCAL, o regime financeiro das autarquias locais, mas também com o Orçamento de Estado. Esclareceu ainda que, como após as últimas eleições ainda não há Orçamento de Estado para 2016, houve necessidade de seguir as condições e as regras plasmadas no Orçamento de Estado para 2015. De seguida informou que o orçamento em aprovação tem o valor de cerca de 20.700.000,00 €, mais baixo de que o do ano anterior, mas que sofrerá certamente

algumas alterações decorrentes do VI Quadro Comunitário e da abertura das candidaturas ao Portugal 2020. De seguida procedeu à abordagem geral do mesmo, informando que a receita corrente representa cerca de 32% dos impostos diretos, tais como IMI e IRS. Referiu ainda que, apesar de ter existido um acréscimo de IMI quando começaram as reavaliações, poderá o mesmo começar a ter uma descida provocada, não só pela descida gradual implementada até 2017 mas também pelo facto do Município ter aderido ao IMI Familiar pela taxa máxima. Informou também que se irá tentar conter as despesas correntes e que as despesas com o pessoal representam cerca de 23%, com um ligeiro acréscimo em relação a 2015 devido à abertura dos 12 lugares para Auxiliares de Ação Educativa. De seguida referiu que, as despesas com pessoal poderão ainda aumentar em mais de 57.000,00 € se houver a reversão dos cortes nos vencimentos e, em 16.876,00 € se o salário mínimo aumentar para 530,00 € ou em 64.000,00 € se aumentar para 600,00 €. Relativamente às aquisições de bens e serviços, nomeadamente, fornecimento de refeições escolares, iluminação pública e combustíveis informou que os valores ultrapassam o meio milhão de euros. Quanto às despesas de capital informou que se pretende fazer alguns investimentos, nomeadamente, em várias escolas do Concelho que necessitam de algumas obras, ao nível de viadutos, arruamentos e das vias. Referiu ainda as transferências de capital para as Juntas de Freguesia e para outras áreas de cariz desportivo, cultural ou social. De seguida informou que, ao nível das Grandes Opções do Plano destacam-se funções gerais, sociais e económicas entre outras. Relativamente às funções gerais, referiu que ao nível da Câmara esperava-se poder, através da CIM, ter um grande incremento na parte da informática mas tal não aconteceu, sendo um assunto no qual se deve fazer uma grande aposta, com o sistema municipal de informação e a renovação de todo o material informático. No que toca aos edifícios falta ainda fazer

a beneficiação da parte de baixo do edifício dos Paços de Município, das casas de banho e da torre, necessitando também o estaleiro de alguma intervenção. Como já referiu relativamente ao Ensino existirão intervenções ao nível das escolas e dos jardins-de-infância, da componente do apoio à família, dos transportes, das refeições escolares e das bolsas de estudo. Relativamente à ação social continua-se a apostar na criação de verba para o apoio pontual às famílias ou para intervenções nas casas das famílias. Referiu ainda nas funções sociais, a conclusão do antigo edifício da GNR na Praia da Tocha, vários arranjos urbanísticos, aquisições de terrenos, os contratos-programa com a INOVA, obras de beneficiação do Centro de Recolha Animal e a Construção dos Columbários. Ao nível da cultura referiu-se aos subsídios na área da cultura e do desporto, para além de outro tipo de intervenções, dando o exemplo a construção do Lagar de Varas em Cordinhã e a beneficiação da Casa da Cultura. De seguida esclareceu que a Câmara candidatou-se ao PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, o qual tem três variantes: - a requalificação de edifícios já existentes, tais como a área da EXPOFACIC, a Casa da Cultura na parte onde funcionava ETPC, entre outros; - A intervenção na área social com a recuperação da Zona do Bairro Vicentino e reformulação de toda a área envolvente; - Uma intervenção na parte da mobilidade e apostar no circuito da ciclovia dentro da cidade. Acrescentou que aquele Plano está a ser reformulado e compreende, essencialmente, a ligação das escolas com a zona industrial e com o BIOCANT, a construção de novos parques infantis e a conclusão do Pavilhão de S. Caetano. De seguida, recordou que um dos custos sempre mais relevante é o da iluminação pública, apesar da aposta nos Leds ou em outro tipo de iluminação mais contida em termos de custo. Falou ainda de outras obras de beneficiação, tais como o arruamento do Centro Educativo e o Parque Desportivo do Fujanço. Relativamente aos transportes rodoviários informou que se

preveem cerca de um milhão de euros para fazer intervenções em ruas e variadíssimos passeios pelo Município, uns por empreitada, outros através dos acordos celebrados com as Juntas de Freguesia. Relativamente às funções económicas referiu a beneficiação do espaço das tasquinhas da EXPOFACIC, do mercado da Praia da Tocha, a ampliação do Parque de Campismo da Praia da Tocha e os Postos de Turismo, os contratos-programa da INOVA, que dependente do tipo de contrato, ficam numa função ou noutra, os acordos de execução e os contratos interadministrativos celebrados com as Juntas de Freguesia. De seguida salientou o trabalho efetuado pela equipa da Divisão Financeira e referiu que o Município se candidatou às boas práticas com o Cantanhede Trophy, evento realizado todos os anos, no qual é escolhido um local do País e onde os funcionários que aderem passam um fim-de-semana a fazer atividades desportivas, em dinâmicas de grupo e que tem sido muito importante para todos. Acrescentou que, como disse uma professora universitária numa conferência onde aquele projeto foi apresentado, o mesmo também contribuiu de forma decisiva para a felicidade dos funcionários da Câmara. Informou ainda que aquele projeto foi apresentado como exemplo de boas práticas no Congresso Anual do Instituto Nacional de Administração (INA), entre outros cento e tal projetos apresentados e foi escolhido e referenciado pela entidade responsável que considerou que o mesmo destinava-se a promover a autoconsciência da organização, bem como melhorar o relacionamento das pessoas com o seu trabalho, com os colegas, com a organização e com os seus utentes. Assim, deu os parabéns à equipa organizadora daquele evento por ter conseguido a distinção de um projeto que é feito e pensado na Câmara. Finalmente informou que vieram nos jornais alguns indicadores negativos sobre a Câmara de Coimbra, nomeadamente, quanto ao seu índice de transparência que terá descido 80 lugares, enquanto a Câmara de Cantanhede

passou do 113.º lugar para o 23.º lugar. Acrescentou que, Cantanhede, em algumas pontuações atingiu, em termos de transparência 100.º, nomeadamente, ao nível da informação financeira ou ao nível da sua relação com a sociedade, por outro lado, após a análise de todos os aspetos apreciados por aquela entidade considerou-se que alguns itens não foram bem classificados e a equipa responsável já se encontra a verificar quais os que poderão ser melhorados.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. João Paulo Vagos, o qual, após cumprimentar todos os presentes procedeu a uma análise do orçamento proposto para 2016. Daquela análise, constatou que o mesmo decresceu cerca de 9%, fundamentalmente nas receitas de capital e cresceu nos impostos diretos apesar de todo o esforço feito pelo Executivo em baixar os mesmos. De seguida referiu que, também verificou que as funções sociais continuam a ter um peso enorme, nomeadamente, no que toca à construção e reconstrução de equipamentos e infraestruturas do Município. Sobre esse assunto referiu que é reconhecido por todos que o Município já está muito bem servido de equipamentos, colocando-se várias questões: - Valerá a pena um tão grande investimento naquela área? - Será que as pessoas vão utilizar devidamente aqueles equipamentos? – Serão aqueles equipamentos maximizados? Referiu também que, apesar do Município ter feito alguns esforços para relançar toda a atividade económica do concelho, se verifica, por exemplo, apenas a dotação de 46.000,00 € para Mercados e Feiras, 25.000,00 € para o Turismo e 27.000,00 € apenas para a Saúde. Referiu ainda que continuam a aparecer dotações de apenas 1,00 € como é o caso da Zona Industrial de Ançã, a ciclovia de Cantanhede/Tocha e a reconstrução de Parque de Campismo da Tocha. Finalmente, lamentou o facto de não ter sido convocado, conforme está previsto na Lei, para participar na elaboração do referido orçamento, tal como aconteceu com os vereadores do Partido Socialista.-

----- Interveio o Sr. Manuel Augusto dos Santos, o qual, após cumprimentar todos os presentes, afirmou ter ficado agradavelmente surpreendido com o orçamento apresentado. Assim, referiu acreditar que o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2016 acabado de discutir e apresentam características brilhantes e estará entre os melhores do País. Resumindo, referiu que Cantanhede está cada vez menos dependente das transferências do poder central, reduzindo ao máximo as despesas correntes, colocando as despesas com o pessoal invejavelmente abaixo dos 23%, não baixando os apoios às Associações do Concelho, apoiando sem reservas a vertente social em todas as *nuances*, e ainda anunciando criar uma poupança de mais de 5.000.000,00 € para investimentos, que vai multiplicar provavelmente e aproveitar ao máximo os apoios comunitários, entre outros, o Portugal 2020. Prevê-se assim que sejam supridas obras emblemáticas ainda em falta, decorrentes da ascensão dos níveis de bem-estar no Concelho, nomeadamente, com a requalificação do Mercado Municipal, o acesso da EM 101 à Praia da Tocha e com a repavimentação de muitas vias rodoviárias danificadas pelo saneamento em que Cantanhede ocupa os primeiros lugares do ranking do País. Realçou o facto de Cantanhede ter um dos maiores Parques de Desenvolvimento Tecnológico da Península Ibérica e o desempenho da INOVA, que alia o serviço de excelência ao munícipe seja na água, no saneamento, no tratamento de resíduos, nos sempre deslumbrantes espaços verdes e na ex-libris da cidade, a EXPOFACIC, com invejável resultado líquido previsto para exercício de 2016 superior a meio milhão de euros. Acredita assim que, cada vez mais, os munícipes se revejam num concelho onde se sentem felizes e tranquilos, socialmente cada vez mais coeso e onde abundam equipamentos desportivos lúdicos para todas as modalidades e gostos, que concilia a calma e a tranquilidade da serra e do mar, bem como pelo facto de estar a minutos de metrópoles como Coimbra e Aveiro.

Finalmente informou que, por todas as razões apresentadas a Bancada do PSD irá votar favoravelmente o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2016.-----

----- Interveio ainda a Sr.^a Enf.^a Áurea Andrade, a qual solicitou esclarecimentos relativos ao quadro 7, apresentado na página 23 e que faz referência às responsabilidades contenciosas que se reportam entre 2007 e 2013 e mais recentemente a uma situação de 2015, nomeadamente, que diz respeito à Velocestral – Investimentos Imobiliário.-----

----- Respondeu a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio, a qual informou que a situação em causa tem a ver com os terrenos que envolvem o Parque Desportivo de Ançã. Informou ainda que, à época, quando o equipamento foi construído, foi negociado com a empresa Imocoutinho a troca do terreno do campo pela realização, pela Câmara, das infraestruturas do restante terreno. No entanto, após a verificação de alguns problemas na obra e a realização de alguns testes no próprio terreno, verificou-se que aquela zona é muito complicada em termos de construção, o que levou a um grande atraso da obra. Esse problema levou a acreditar que todas as obras que iriam ser feitas, por conta da compra do terreno do campo, iriam ser extremamente demoradas e onerosas. Assim, foram feitas contas e entendeu-se que mais valia fazer uma proposta ao contrário, perguntar à empresa quanto é que tudo aquilo custava e ficar não só com o terreno do Parque Desportivo, mas também com todo o loteamento. Seria possível redimensionar aquele loteamento para Ançã, não com lotes de luxo, mas lotes para a classe média poder comprar e assim, foram encetadas negociações. Entretanto, a Imocoutinho faliu, houve alterações e desdobou-se em duas empresas: A Velocestral e a Matias & Cruz. Acrescentou que, no momento a negociação encontra-se praticamente concluída, prevendo-se mesma a sua conclusão até ao final do ano, apesar da ação que foi

interposta. Assim, uma vez que a ação foi interposta, teve que ser lançada em Orçamento, prevendo-se que seja feito algum tipo de pagamento ao longo do ano, uma vez que se está a negociar o pagamento de forma faseado, para ser mais suave. Informou ainda que, quando o negócio estiver concluído será dado conhecimento de todo o processo à Assembleia Municipal. Finalmente concordou com o Sr. João Paulo Vagos, quando referiu que o concelho está com uma excelente cobertura de equipamentos, pois existe verdadeiramente uma excelente cobertura de equipamentos sociais, desportivos e escolares. Relativamente a este assunto referiu que ainda falta fazer algumas afinações mas o bolo maior está feito, e é dever do Executivo concluir o que já foi iniciado, sendo certo que, olhando para o que existe hoje no concelho, talvez na questão desportiva tudo se redimensionasse de uma forma completamente diferente. Informou ainda que o Parque Desportivo de Cantanhede, tem de ser concluído porque lhe faltam os balneários fixos e alguma parte da bancada e que, quanto às questões das manutenções, estas são sempre delicadas. Relativamente às zonas industriais informou que as rúbricas são mais genéricas e destinam-se a fazer alguma melhoria em termos dos pisos, passeios, sinalização até porque tem havido uma grande procura de lotes em Cantanhede, na Tocha, em Murte de e em Febres. Informou ainda que a zona Industrial de Ançã não arrancou, porque apesar de estar numa localização excelente em termos de vias, necessita de grandes movimentações de terras. Relativamente ao Turismo referiu que não se pode pensar apenas naquela verba porque, quando se fala em Turismo, também se fala em termos da Expofac e do bom Parque de Campismo e até dos pavilhões que podem ser uma grande dinâmica em termos turísticos e serem captados para outro tipo de ações que podem e devem ser feitas porque estes pavilhões fazem-se para ter uso e não para estarem fechados. Relativamente à questão da descida da

receita de capital voltou a referir que o Orçamento vai ser alterado uma vez que está a arrancar o Portugal 2020. Acrescentou que o PEDU vai envolver milhões de euros destinados à cidade, não se sabendo ainda o valor correto que vai ser aprovado. Finalmente referiu que antes da apresentação do orçamento foram consultadas todas as Juntas de Freguesia, ficando-se assim a saber o que cada Presidente de Junta pretende fazer na sua zona e, portanto, o Orçamento apresentado decorre dessas negociações bem como das negociações com as Associações, tendo existido assim um diálogo com as forças vivas do Município. -----

----- Finalmente interveio o Sr. João Paulo Vagos, o qual agradeceu toda a explicação dada. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2016»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 23 votos a favor e 6 votos contra.-----

----- Após a votação a Sr.ª Enf.ª Áurea Andrade procedeu à leitura da seguinte declaração de voto subscrita pelos elementos da bancada do PS: “DECLARAÇÃO DE VOTO - *Uma vez mais os membros da Assembleia Municipal e os vereadores do Partido Socialista não foram convocados em tempo útil a consultar e participar na proposta de orçamento municipal e as GOP para o ano de 2016 como estabelece a Lei n.º 24/98, de 26 de Maio, que regula o direito de oposição, concretamente no nº 2 do seu artigo 4º. Apenas os projetos de Orçamento e das Opções do Plano para 2016 nos foram remetidos antes da sessão desta Assembleia para serem aprovados. Algumas considerações: De facto o orçamento proposto para 2016 prevê uma diminuição de 9% relativamente a 2015 o que se traduz em 2.215.369,00€. Sabendo que a elaboração dos orçamentos anuais é decorrente das decisões estratégicas e*

políticas e reflete as opções para o próximo ano, importa sobretudo analisar a proposta apresentada a discussão e votação para as GOP para o próximo quadriénio: Continuam as funções sociais com 5,9 M€, a representar mais de metade do orçamento para 2016. Referir que com apenas duas rubricas se completa quase 60% desta área, sobretudo usadas na construção e recuperação de equipamentos escolares e desportivos. Não estará já o concelho bem servido deste tipo de equipamentos? Não será mais adequado um maior investimento na sua maior utilização e rentabilização? Registamos uma verba para encargos com os postos de enfermagem nas freguesias, no entanto esta ainda não contempla a reabertura ou uma qualquer solução para as populações de Vilamar, Corticeiro e São Caetano que viram as suas extensões de saúde anteriormente encerradas. Continuamos a denunciar um fraco investimento para as funções económicas onde atividades importantes para o concelho como o turismo tem destinados apenas 0,24% do GOP e a agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca com os mesmos 9,00€ do ano passado. Exemplo disto continua a ser o adiamento de projetos que poderiam trazer ao concelho um dinamismo económico e sustentável aos custos de 30 mil € destinados a subsidiar a empregabilidade e fomento económico nomeadamente Zona Industrial de Ançã aberto desde 2007, a Ciclovia Cantanhede – Tocha, aberto desde 2011, o Centro interpretativo Arte Xávega aberto desde 2013, Requalificação Urbana Ançã em aberto desde 2007, Requalificação do Mercado Municipal de Cantanhede desde 2010, Requalificação das ribeiras de Ançã e Varziela desde 2010 e 2007, Beneficiação do núcleo piscatório da Praia da Tocha aberto desde 2013, Construção novo Parque de Campismo da Tocha aberto desde 2009, Ligação da saída da A17 (rotunda da EN109) à Praia da Tocha, Construção Piscina Tocha aberto desde 2010. De fato este orçamento para 2016 e sobretudo as opções estratégicas apresentadas

nas GOP para o próximo Quadriénio, não refletem no nosso entender, as prioridades do Município e dos Municípios de Cantanhede. Pelas razões acima expostas os Deputados Municipais eleitos pelo PS, abaixo assinados, votaram contra as propostas apresentadas para o orçamento e as GOP para 2015.”-----

----- Também o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Dr. Carlos Fernandes procedeu à leitura da seguinte declaração de voto subscrita pelos elementos da bancada do PSD: “DECLARAÇÃO DE VOTO - O Orçamento do Município de Cantanhede para 2016 apresenta um valor global próximo dos 22,7 milhões de euros, montante que está em linha com os que foram estimados e realizados nos anos anteriores, no quadro de uma estratégia consistente, ambiciosa, mas também, como se impõe, realista. De resto, se dúvidas houvesse quanto ao rigor e exigência com que o executivo camarário elabora os documentos previsionais da receita e da despesa, basta ver o que a esse respeito tem vindo a ser evidenciado por publicações de referência, com destaque para o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses. A este respeito é oportuno lembrar que, nas edições mais recentes esta autarquia surge em lugar destacado e os últimos dados conhecidos, referentes a 2014, mostram que obteve os melhores resultados económicos (valores absolutos) ao nível do distrito de Coimbra, encontrando-se na 30.^a posição a nível nacional. Mesmo um leigo nestas matérias compreende que tal classificação traduz uma grande performance relativamente aos indicadores de gestão pública. É isso mesmo o que indica o ranking da eficiência financeira do exercício dos municípios de média dimensão, onde Cantanhede lidera no distrito e surge num destacado 8.^o lugar no universo dos 308 municípios portugueses, sendo de sublinhar ainda o facto de ter sido uma das 43 autarquias com crescimento em títulos de participação superior a um milhão de euros. Grande significado tem ainda o seu 30.^o lugar a nível nacional, em

termos de Resultado Líquido, com um valor que ascende a mais de 3,7 milhões de euros, bem como o 35.º lugar obtido a nível nacional quanto ao Grau de Execução de Receita Cobrada, com 95,8%, a maior do distrito de Coimbra. Também importantes para o universo de consolidação de contas do Município de Cantanhede são os resultados da Inova-EEM publicados no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses. Segundo a publicação, a Empresa Municipal de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede ficou na 18ª posição a nível nacional entre as entidades com melhores resultados económicos, liderando o respetivo ranking ao nível da Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra, além de que, entre 2013 e 2014, foi uma das entidades com maior diminuição de financiamentos de curto prazo. É verdade que estes dados já fazem parte da história e o que estamos a tratar agora com o Orçamento de 2016 que diz respeito ao futuro, mas faz todo o sentido chamá-los à colação, sobretudo para demonstrar a constância assertiva da gestão financeira das políticas que a Câmara Municipal tem levado a cabo para melhor se perspetivar a lógica subjacente aos documentos previsionais da despesa e da receita agora colocados à apreciação da Assembleia Municipal. E sobre isso, não há como iludir que Cantanhede está no rumo certo. Até mesmo os opositores políticos não podem deixar de reconhecer a importância da excelente e prestigiante avaliação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, e mais ainda quando essa avaliação diz respeito a um período marcado por uma conjuntura particularmente difícil como aquela que tem afetado o país nos últimos anos. O que tivemos foi uma aposta na consolidação das finanças, através, nomeadamente, do controlo apertado da despesa corrente, sem no entanto ter sido descurado o investimento em infraestruturas e equipamentos coletivos, processo em que a Câmara Municipal tirou o melhor partido possível dos fundos disponíveis dos diversos programas comunitários. Por isso não

podemos deixar de nos congratular com a circunstância de ser essa a estratégia mais uma vez consubstanciada no Orçamento para 2016, documento que apresenta um elevado grau de coesão relativamente aos principais indicadores de gestão, mantendo a linha de rumo que tem vindo a ser seguida e que tem revertido no reforço do processo de desenvolvimento económico e social do Concelho, mas sem colocar em causa a sustentabilidade das finanças municipais ou a realização de investimentos futuros. Política é, em primeiro lugar, a expressão viva de modelos de intervenção económica e social obrigando à enunciação de opções bem fundamentadas, cada uma delas considerada individualmente, mas também sujeitas a um enquadramento geral, de modo a garantir justiça e equidade a toda a comunidade. Não se consegue iludir o facto de, mais uma vez, estarmos perante um documento de rigor, um documento que garante sustentabilidade financeira, mas que de igual modo evidencia a ambição que nos habituámos a associar ao trabalho desenvolvido pelo executivo liderado por João Moura. A sua solidez é comprovada pelo valor da receita corrente (18,4 milhões de euros), substancialmente superior à despesa corrente (13,4 milhões), o que representa uma poupança corrente superior a 5 milhões de euros. Já a receita de capital (4,3 M€) está significativamente abaixo da despesa de capital (9,3 M€). De sublinhar ainda que diz respeito a um período de transição de quadros comunitários de apoio, sendo de enaltecer o facto de abrir caminho à intenção do executivo camarário em tirar o melhor proveito dos fundos comunitários do Portugal 2020 através de candidaturas para execução de infraestruturas e equipamentos coletivos. Por outro lado, não podemos deixar de destacarmos a circunstância de ser um Orçamento virado para as pessoas, com os olhos postos no fomento emprego e no apoio aos mais carenciados e às famílias. Não é por acaso que as funções sociais representam 56% das verbas inscritas nas Grandes Opções do Plano (GOP's) e que

o executivo aplicará o “IMI” familiar (taxa de IMI reduzida para as famílias com dependentes), uma medida mais a acrescentar às que já vêm de anos anteriores, como o programa do incentivo à Natalidade, o programa de incentivo à Empregabilidade, o programa de incentivo à Reabilitação Urbana e a concessão de isenções em inúmeras taxas. Se tiver ainda em conta que as funções económicas representam cerca de 31 % das GOP’s, temos um total de 87% dos recursos financeiros destinados ao reforço da coesão social, à atração e fixação de pessoas e ao bem-estar das populações. Por último, uma nota para a proximidade, cidadania e capacidade de diálogo que mais uma vez nortearam a elaboração deste Orçamento, dando oportunidade às Juntas ou Uniões de Freguesia de expressarem as suas necessidades mais urgentes, o que é uma forma justa e leal de aproximar eleitores e eleitos. Pelo exposto, a bancada do PSD na Assembleia Municipal vota favoravelmente o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2016. Pela Bancada do PSD.”-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2016»:-----

----- Foi, de novo dada a palavra à Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio, a qual informou que o mapa de pessoal apresentado teve em conta a necessidade de efetivos, pelo que contém 212 postos de trabalho e propõe a abertura de 19 postos de trabalho por tempo indeterminado, nomeadamente 12 Auxiliares de Ação Educativa, 1 carpinteiro, 2 Auxiliares Administrativos, 1 condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais e 1 Auxiliar de Serviços Gerais, entre outros. Esclareceu ainda que, ao nível de Chefias optou-se por deixar que a última chefia em Comissão de Serviço terminasse por opção de todos pelo que se teve que adaptar o

Mapa a essa realidade, existindo no momento apenas o Sr. Eng.º Abreu como Diretor de Urbanismo e a Dr.ª Isabel Matos como chefe de Divisão.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 11 – «Apreciação, discussão e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2016»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de retificação da atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha aprovado pela Assembleia Municipal em 19/02/2015 sob proposta da Câmara Municipal de 03/02/2015»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes informou que do ponto 12 ao ponto 15, se tratam de assuntos relacionados com atribuições de subsídios às Juntas de Freguesia pelo que solicitou que fosse dada uma explicação conjunta seguida de uma votação individual.-----

----- De seguida deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual informou que o ponto 12 refere-se a uma alteração no subsídio atribuído à Junta de Freguesia da Tocha pelo valor de 9.369,00 € e destinado a várias obras, tais como a Requalificação do Cemitério, arranjos urbanísticos, aquedutos e WC do areal da Praia da Tocha. Informou ainda que a Junta entendeu fazer uma alteração em termos de obra e solicitou que houvesse uma alteração na afetação daquelas verbas. Assim, aquele valor fica agora a afeto à Requalificação dos Cemitérios na freguesia, ao WC do Areal da Praia da Tocha, aos aquedutos e à Requalificação da sede da Junta de Freguesia. Relativamente ao ponto 13 e o ponto 14 informou tratarem-se de aquisições de tratores, um para a União de Freguesias de Vilamar e Corticeiro pelo valor de 17.718,00 € e subsidiado em 5.906,00 € e outro

para a União de Freguesias de Covões e da Camarneira pelo valor de 23.000,00 € e subsidiado em 7.600,00 €. Finalmente informou que relativamente à atribuição de subsídios em géneros se trata da oferta de livros e catálogos que a Câmara Municipal distribuiu por todas as bibliotecas de todas as Juntas do concelho.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de retificação da atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha aprovado pela Assembleia Municipal em 19/02/2015 sob proposta da Câmara Municipal de 03/02/2015»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Aquisição de trator»**:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Aquisição de trator»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Aquisição de trator»**:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Aquisição de trator»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros às seguintes Freguesias do**

Concelho (Freguesia de Ançã, Freguesia de Cordinhã, União das Freguesias de Covões e Camarneira, referente às Bibliotecas instaladas nos Covões e na Camarneira, Freguesia de Febres, União das Freguesias de Portunhos e Outil, Freguesia de São Caetano, Freguesia de Sepins e Bolho, Freguesia da Tocha e União das Freguesias Vilamar e Corticeiro de Cima), face à doação de livros para enriquecimento das suas bibliotecas»:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros às seguintes Freguesias do Concelho (Freguesia de Ançã, Freguesia de Cordinhã, União das Freguesias de Covões e Camarneira, referente às Bibliotecas instaladas nos Covões e na Camarneira, Freguesia de Febres, União das Freguesias de Portunhos e Outil, Freguesia de São Caetano, Freguesia de Sepins e Bolho, Freguesia da Tocha e União das Freguesias Vilamar e Corticeiro de Cima), face à doação de livros para enriquecimento das suas bibliotecas», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.**-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 16 - «Apreciação, discussão e votação da minuta dos contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com as Freguesias e Uniões de Freguesia para o ano de 2016 / Requalificação Urbana nas Freguesias»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio, a qual informou que os contratos interadministrativos de Delegação de Competências a celebrar com as Juntas destinam-se a custear as obras que as Juntas de Freguesia pretendem fazer em propriedade municipal, tal com passeios por exemplo e que foram acertadas com cada Junta de Freguesia.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto**

16 - «Apreciação, discussão e votação da minuta dos contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com as Freguesias e Uniões de Freguesia para o ano de 2016 / Requalificação Urbana nas Freguesias», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 17 - «Comunicação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica dada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 17/12/2014 / Para conhecimento»:-----

----- Feita uma breve explicação e não havendo qualquer pedido de intervenção a Assembleia tomou conhecimento.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 18 - «Concessão de isenções de taxas municipais / Relação semestral / Para conhecimento»:-----

----- Foi dada a palavra à Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio, a qual informou que até 17/11/2015 foram isentas taxas no valor total de 20.461,10 €.--

----- Interveio ainda o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura referindo que se trata do apoio efetuado de uma forma às entidades e às associações do concelho, bem como as associações de fora do concelho como por exemplo, a Associação de Futebol de Coimbra que utiliza muitas vezes o Complexo Desportivo da Tocha, a Associação de Atletismo, que utiliza a pista de Atletismo de Febres, a Associação de Natação que utiliza o Complexo Desportivo das Piscinas, e que acaba por ter algum reflexo na economia local e na dinâmica que cria ao nível da Hotelaria e da Restauração. De seguida, informou que se iria ausentar da sessão pelo que desejou a todos os membros da Assembleia Municipal um Santo Natal e um ano 2016 cheio de sucessos.-----

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação do pedido de Autorização Prévia Genérica Favorável à assunção de compromissos plurianuais por parte da Câmara Municipal no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA)»:**-----

----- Foi, de novo, dada a palavra à Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio, a qual informou tratar-se da autorização prévia para que a Câmara possa desenvolver aquisições com o compromisso de trazer a lista das mesmas à Assembleia, sob a condição de não poderem exceder 99.759,58 € e resultarem de planos plurianuais legalmente aprovados.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação do pedido de Autorização Prévia Genérica Favorável à assunção de compromissos plurianuais por parte da Câmara Municipal no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA)»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de anulação/rescisão da adesão do Município de Cantanhede ao Projeto Integrado do Turismo para a Região Centro»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio, a qual informou que a proposta de anulação decorre pelo facto do Projeto Integrado do Turismo para a Região Centro não se ter concretizado, conforme foi comunicado, sendo necessário proceder à descabimentação da verba de 3.600,00€, referente àquele projeto e que estava cabimentada desde 2007.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de anulação/rescisão da adesão do Município de Cantanhede ao Projeto Integrado do Turismo para a**

Região Centro», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 21 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração da participação no capital social da Águas do Centro Litoral, S.A.»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de novo, a palavra à Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio, a qual informou que a alteração em causa tem a ver com dois acertos, a alteração do nome da entidade para Águas do Centro Litoral, S.A. e o acerto do valor pago pelas ações detidas pelo Município. Explicou, de seguida, que o Município detinha na SIMRIA 39949 ações com o valor nominal era de 5,00 €, o que perfazia um montante de 199.745,00 €, sendo que aquando da deliberação camarária de 2005, a subscrição de capital efetuada foi de 199.746,00 €, sendo necessário regularizar o euro que foi paga em excesso.-----

----- Não havendo mais pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 21 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração da participação no capital social da Águas do Centro Litoral, S.A.»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- De seguida o Sr. Presidente da Mesa, enfermeiro José Maria Maia Gomes informou que os 32 pontos seguintes, do ponto 22 ao ponto 54, tratam de propostas de Reconhecimento de Interesse Público Municipal para diversas situações, e solicitou a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara que fizesse uma explicação global daqueles processos.-----

----- Tomou a palavra a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio, a qual informou que, caso fosse necessário alguma intervenção mais detalhada sobre o assunto em causa, em representação do Diretor do Departamento de Urbanismo, Sr. Eng.^o António Abreu, estavam presentes na sessão a Chefe da Divisão de

Ordenamento do Território, Dr.^a Isabel Matos e o Sr. Eng.º Nuno Nogueira. De seguida explicou que, na sequência da entrada em vigor, no dia 2 de janeiro do corrente ano, do Dec.-Lei n.º 165/2014, de 5 de Novembro, ficou estabelecido, com caráter extraordinário, um regime de regularização e de alteração ou ampliação de unidades produtivas que fossem incompatíveis com os instrumentos de gestão territorial ou com servidões com restrições de utilidade pública, ou seja, instalações que se encontrem ou sem licenciamento ou em situação irregular e que as Câmaras com os seus instrumentos de gestão não têm possibilidade de licenciar. Informou ainda que aquele regime é aplicável às unidades industriais, às unidades pecuárias e às operações de gestão de resíduos e aproveitamento de massas minerais e aplica-se a estabelecimentos ou explorações que comprovadamente tenham desenvolvido atividades por um período mínimo de 2 anos e que se encontrem numa das seguintes situações: - Quando a sua atividade tenha sido suspensa há menos de 1 ano; - Quando se encontram suspensas pela autoridade licenciadora por um período máximo de 3 anos. Referiu ainda que o prazo para apresentação dos pedidos de regularização foi fixado até 2 de Janeiro de 2016. De seguida informou sobre a forma de instruir o processo, o qual passa por uma declaração fundamentada do interesse público municipal, emitida pela Assembleia sobre proposta da Câmara, para a regularização do estabelecimento em causa. De seguida informou que, dos 33 casos apresentados na sessão, existem 28 explorações pecuárias, 3 unidades fabris e 2 pedreiras. Esclareceu também que o facto de a Assembleia reconhecer o interesse público não garante uma decisão final favorável por parte da entidade licenciadora, pois haverá necessidade de ponderar todos os fatores que determinaram a decisão final, nomeadamente, de ordem económica, social e ambiental. Referiu ainda que este processo tem algumas vantagens para os requerentes, nomeadamente, a atribuição

do título definitivo da exploração ou de exercício do início da atividade, o arquivamento dos processos contraordenacionais e a aplicação das medidas de tutela da legalidade que se encontram suspensas. Informou ainda que o pedido de regularização é apreciado de forma integrada, ponderando-se os diferentes interesses sem prejuízo das normas legalmente aplicáveis e ouvidas as entidades interessadas que em razão da matéria devem pronunciar-se. No prazo de setenta dias são ouvidas essas entidades e aperfeiçoado o pedido se necessário, findo o qual o pedido é aceite ou liminarmente indeferido pela entidade coordenadora ou licenciadora. Caso seja indeferido é determinado o encerramento imediato do estabelecimento ou da exploração. Esclareceu ainda que a decisão sobre o pedido é tomada numa conferência decisória resultante da votação por maioria dos representantes das entidades envolvidas e sempre que a localização do estabelecimento ou exploração ou alteração e ampliação pretendidas seja desconforme com os instrumentos de gestão territorial são obrigatoriamente convocados a Câmara Municipal, a CCDRC, a entidade responsável pela elaboração do plano especial do Ordenamento do Território e a entidade responsável pela servidão administrativa ou restrição de utilidade pública. Depois daquela conferência a deliberação pode ser favorável, favorável condicionada ou desfavorável. Se a decisão for favorável a empresa tem o prazo de 2 anos para dar início ao procedimento para obtenção do título de exploração sob pena da caducidade do título provisório. Se a decisão for favorável condicionada, o prazo previsto pode ser prorrogado por mais 6 meses e no caso de ser desfavorável é determinado que no prazo máximo de 1 ano a unidade seja encerrada e o estabelecimento cesse a atividade. A decisão favorável ou favorável condicionada implica a adaptação dos instrumentos de gestão pelas entidades competentes e uma vez aprovadas todas estas alterações o requerente deve dar início ao processo de

legalização das operações urbanísticas que segue uma tramitação mais aligeirada por parte da Câmara Municipal podendo ser dispensado o cumprimento das normas técnicas atuais sempre que a sua aplicabilidade se torne impossível ou de exigibilidades proporcionada aplicando-se neste caso as normas exigíveis à data da execução da edificação e todo este processo irá ser monitorizado pelas respetivas CCDR'S. Finalmente fez uma breve apresentação dos requerimentos apresentados consoante o tipo de atividade e da sua importância no Concelho.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa solicitou que fossem discutidos aqueles pontos agrupando-os por tipologia, nomeadamente, a pecuária, as pedreiras e a indústria e colocou à discussão as atividades pecuárias.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. João Paulo Vagos, o qual questionou sobre a fiscalização daquelas instalações e sobre qual a responsabilidade da Câmara.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Eng.º Nuno Nogueira, o qual informou que, no caso das pecuárias a entidade coordenadora é a DRAP, a qual, após a entrada do processo, tem que promover uma conferência decisória onde vão ser definidas as condições de aprovação da pecuária, a gestão de afluentes que têm de ser acautelada e todas as condições que a Câmara achar conveniente. -----

----- Retomou a palavra a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual acrescentou que no início do processo, se não cumprirem ou não desenvolverem o processo no prazo de 2 anos, podem ser liminarmente rejeitados e os que forem aceites mas que têm de fazer correção, têm um prazo de dois anos para instruir todo o processo de legalização, o qual será monitorizado pela CCDR.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Eng.º Nuno Nogueira, o qual informou que no caso das pecuárias é obrigatório a entrega de um plano de gestão de afluentes.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr.

Carlos Fernandes, o qual procedeu à leitura de uma Declaração de Voto apresentada em nome da sua Junta de Freguesia, do seguinte teor: *“DECLARAÇÃO DE VOTO - O Decreto-Lei de 165/2014, de 5 de novembro, que estabelece o Regime Especial de Regularização de Atividades Económicas, define no nº 5 do artigo 5º que "o pedido deve ser instruído com a informação relevante que habilite a ponderação dos interesses económicos, sociais e ambientais em presença, designadamente: O valor de produção de bens e serviços, por atividade económica (...) A faturação da empresa ou estabelecimento dos últimos dois anos; O número de postos de trabalho já criados e eventuais estratégias a implementar para a criação ou qualificação de emprego direto local; A caracterização da procura do mercado em que se insere; Os impactos em atividades conexas, a montante ou a jusante; As certificações, quando legalmente exigíveis, em matéria de qualidade, ambiente, higiene, segurança e saúde no trabalho e responsabilidade social; Caracterização sumária do estabelecimento ou exploração e breve historial sobre a sua existência, incluindo a indicação de ter sido iniciado ou não o processo de licenciamento e, em caso afirmativo, as razões que levaram à sua suspensão; A indicação do fundamento da desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, servidões administrativas ou restrições de utilidade pública, assim como dos impactes da manutenção da atividade; Fundamentação da opção da não deslocalização do estabelecimento para local adequado no mesmo concelho ou nos concelhos vizinhos, em função da estimativa do respetivo custo; A caracterização dos métodos e sistemas disponíveis ou a implementar para valorização dos recursos naturais em presença, incluindo medidas de minimização e de compensação de impactes; A explicitação das medidas de mitigação ou eliminação de eventuais impactes ambientais, incluindo eventuais práticas disponíveis ou a implementar para atingir níveis de desempenho ambiental*

adequados, designadamente, nos domínios da água, energia, solos, resíduos, ruído e ar; Os processos tecnológicos inovadores disponíveis ou a implementar ou colaboração com entidades do sistema científico ou tecnológico; Os custos económicos e sociais da desativação do estabelecimento e de desmantelamento das explorações; No caso dos recursos geológicos, a implantação georreferenciada e nota técnica justificativa do potencial e da especificidade da exploração na localização proposta; Demonstração da compatibilidade da localização, com a segurança de pessoas, bens e ambiente, bem como a explicitação das medidas implementadas ou a implementar para minimização de consequências em caso de acidente grave." O reconhecimento do interesse público municipal não pode ser aferido senão pela ponderação global de todos estes interesses económicos, sociais e ambientais. Estranhamente a declaração de interesse público deve ser emitida pelas Assembleias Municipais antes de ser necessária a entrega de toda essa documentação. Por outro lado e além de não se conhecer boa parte da informação atrás referida, tratam--se de pequenas indústrias, todas elas alheias à freguesia de Murtede e situadas em pontos distantes do Concelho, pelo que consideramos não estar em posição de aferir o real interesse público municipal de cada um dos casos apresentados. Ainda assim é de considerar que o particular não pode nem deve ser prejudicado pelas faltas do legislador; é de considerar o histórico das políticas seguidas, quer pelo Município de Cantanhede, quer pela Juntas de Freguesia, de incontornável apoio às empresas, à empregabilidade e ao tecido empresarial local bem como é ainda de considerar o inegável interesse público, económico, financeiro e social de toda e qualquer instalação que cumpra os pressupostos enunciados. Pelo exposto, a Junta de Freguesia de Murtede vota favoravelmente as propostas apresentadas nos pontos 22 a 54 da presente Assembleia Municipal, reconhecendo o interesse público municipal

das explorações ou indústrias em questão e desejando que a incompetência do legislador seja compensada com o critério e a competência do decisor.”-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foram colocados à votação, por se tratarem todos de explorações pecuárias, os Pontos **22 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1713/2015 / Maria da Silva Carriço / Pedras Ásperas – Freguesia da Sanguinheira», 23 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1716/2015 / Agroberlengas – Sociedade Agropecuária, Ld.ª / Berlengas – Freguesia da Tocha», 24 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1717/2015 / Emília Santos, Unipessoal, Ld.ª / Gesteira – Freguesia da Sanguinheira», 25 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1739/2015 / Paula Cristina de Jesus dos Ramos Taipina / Rua do Jardim de Infância, n.º 153, em Sanguinheira – Freguesia da Sanguinheira», 26 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1759/2015 / Maria da Glória Lourenço da Rocha / Rua do Bairro Novo, em Cochadas – Freguesia da Tocha», 27 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1769/2015 / Ana Isabel Cabete, Unipessoal, Ld.ª / Escoural – Freguesia da Tocha, 29 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1786/2015 / Luis Pessoa dos Santos / Rua da Vala, n.º 280 no lugar de carreiros – Freguesia da Sanguinheira», 30 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse**

Público Municipal / Processo n.º 1787/2015 / Dulce de Oliveira Jorge / Rua Arneiro Tecelão no lugar de Caetanas – Freguesia da Sanguinheira», 31 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1788/2015 / Regina Maria de Jesus Areias / Rua do Brejo, n.º 101, no lugar de Casal dos Netos – Freguesia da Sanguinheira», 32 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1794/2015 / Maria Cecília Domingues Gomes / Rua Principal, n.º 82, no lugar de Carvalheira – Freguesia de Cadima», 34 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1809/2015 / Cremilde Rocha Carvalheiro / Rua Central, n.º 55, no lugar de Cochadas – Freguesia da Tocha», 35 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1812/2015 / Maria Edite de Jesus Gonçalves / Rua das Netas, n.º 125, no lugar de Pedras Ásperas – Freguesia da Sanguinheira», 36 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1816/2015 / Manuel Fernando da Costa de Almeida / Rua da Salgueira, n.º 31, no lugar de Caniceira – Freguesia da Tocha», 37 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1826/2015 / Maria Dulcínea de Oliveira Ribeiro Barreto / Rua Moinho de vento, n.º 277, no lugar de Lagoa Alta – Freguesia da Sanguinheira», 38 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1850/2015 / Carlos Manuel Teixeira Varanda / Largo da Capela, n.º 12, no lugar de Cochadas – Freguesia da Tocha», 39 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público

Municipal / Processo n.º 1854/2015 / José Luis Jorge Pedreiro / Rua Principal, n.º 574, no lugar de Queixada da Raposa – Freguesia da Tocha», 40 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1856/2015 / Rosa Maria de Jesus Azenha / Rua Canto dos Brados, n.º 60, no lugar de Feitoso – Freguesia da Sanguinheira», 41 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1860/2015 / Maria Isabel Maia Pimpão / Rua da Igreja, n.º 210, no lugar de Sanguinheira – Freguesia da Sanguinheira», 42 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1863/2015 / Rosa Maria de Jesus Almeida / Rua Mestre Solposto, n.º 133, no lugar de Gesteira – Freguesia da Sanguinheira», 43 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1865/2015 / Idália Mendes Fernandes / Rua da Praia, n.º 789, no lugar de Berlengas – Freguesia da Tocha», 44 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1872/2015 / Maria da Graça Mendes Ferreira / Rua Principal, n.º 615, no lugar de Olho – Freguesia de Cadima», 45 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1873/2015 / Desafios Rústicos Unipessoal, Ld.ª / Rua do Moico, n.º 115, no lugar de Gesteira – Freguesia da Sanguinheira», 46 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1875/2015 / Gil de Jesus Brado / Lugar de Feitoso – Freguesia da Sanguinheira», 47 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1880/2015 / Maria de Fátima Barreto Monteiro Morais / Travessa Luís Alves, n.º

10, no lugar de Guímera – Freguesia de Cadima», 48 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1882/2015 / Maria Adélia de Jesus Mendes / Rua Principal, n.º 162, no lugar de Queixada da Raposa – Freguesia da Tocha», 49 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1884/2015 / Avelino da Conceição d’Oliveira Paulino, Ld.ª / Rua de Trás, n.º 550, no lugar de Povoeiras – Freguesia da Tocha», 50 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1892/2015 / Mário Miranda Azenha / Rua das Caldeiras no lugar de Berlengas – Freguesia da Tocha», 51 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1896/2015 / Maria do Céu Faim de Macedo / Rua Principal, n.º 253, no lugar de Lage – Freguesia de Cadima» e 52 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1891/2015 / Manuel Augusto Cardoso Pessoa / Corgo Encheiro – Freguesia da Sanguinheira», os quais foram todos aprovados por unanimidade.-----

----- Foram, de seguida, colocados a votação, por serem da mesma tipologia, nomeadamente unidades industriais, o **Ponto 28 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1777/2015 / Lactogal – Produtos Alimentares, S.A. / Caetanas – Freguesia da Tocha»** e o **Ponto 33 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1805/2015 / Campitocha – Artigos de Campismo e Serralharia, Ld.ª / Rua**

Principal, n.º 1330, no lugar de Carreiros – Freguesia da Sanguinheira», tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.-----

----- Finalmente, foram colocados a votação, por serem da mesma tipologia, nomeadamente indústria extrativa, o **Ponto 53 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 13242/2015 / Airemármoreos – Extração de Mármoreos, Ld.ª / Vila Nova – União das Freguesias de Portunhos e Outil»** e o **Ponto 54 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1887/2015 / Jorge Humberto, Ld.ª / Estrada Nacional n.º 234-1 no lugar de Portunhos – União das Freguesias de Portunhos e Outil»,** tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, não tendo havido inscrições.-----

----- Finalmente, sendo 19H45 horas, o Senhor Presidente da Assembleia deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente:

O Primeiro Secretário:

A Segunda Secretária: